

Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

31 de dezembro de 2018
com relatório do auditor independente sobre as
demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.... 1

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais	5
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas	12



Building a better
working world

Edifício Califórnia Center
Rua Dr. Amadeu da Luz, 100
8º Andar - Conj. 801 - Centro
89010-910 - Blumenau, SC, Brasil

Tel: (5547) 2111- 0700
Fax: (5547) 2111- 0719
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos acionistas, conselheiros e administradores da
Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens
São Ludgero - SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens em 31 de dezembro de 2018, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Transações com partes relacionadas – mútuos com acionistas

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possui saldo a receber decorrente de mútuos concedidos aos seus acionistas no montante total de R\$246.164 mil, bem como possui avais prestados aos mesmos acionistas no montante total de R\$30.360 mil nessa data. Uma vez que o desfecho destas transações pode ter um efeito significativo no desempenho das operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia devido à relevância dos valores envolvidos e ao risco inerente associado à estas transações, consideramos as transações com os acionistas como um dos principais assuntos de auditoria. As transações, saldos e condições contratuais mais significativas, estão divulgadas na Nota Explicativa 13.

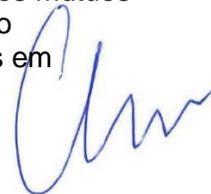
Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, (i) a realização de exame da documentação suporte para uma amostra das transações, incluindo a inspeção de contratos e os cálculos preparados pela administração da Companhia; (ii) a verificação da aprovação das transações de acordo com a política estabelecida pela administração da Companhia; (iii) a realização de procedimento de envio de carta de confirmação às contrapartes das operações sobre os saldos e contratos vigentes para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018; e (iv) a análise das projeções de resultados, e outros documentos que demonstram a capacidade das contrapartes liquidarem seus respectivos saldos.

Ainda, foram efetuados testes específicos relacionados a consistência dos valores utilizados para as projeções futuras com os orçamentos atuais aprovados pela administração; realizada a comparação das projeções elaboradas pela Administração com as expectativas de mercado de setor equivalente ao que a Companhia atua; preparada análise de sensibilidade dos resultados da análise da administração em relação a análise independente elaborada; e analisada a razoabilidade dos cálculos aritméticos envolvidos na elaboração das projeções.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram também a análise das divulgações realizadas pela Companhia na referida nota explicativa às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os saldos de mútuo a receber de acionistas, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração que suportam a análise de realização dos mútuos a receber de acionistas, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 13, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.



Combinação de negócios

Conforme divulgado na nota explicativa 14 às demonstrações financeiras, a Companhia adquiriu em 19 de março de 2018 a empresa Sealed Air Embalagens Ltda. A aplicação do método de aquisição requer, entre outros procedimentos, que a Companhia determine o valor justo da contraprestação transferida, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa na operação. Tais procedimentos envolvem, normalmente, um elevado grau de julgamento e a necessidade de que sejam desenvolvidas estimativas de valores justos baseadas em cálculos e premissas relacionados ao desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza. Em razão do alto grau de julgamento relacionados, e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras, consideramos este um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a leitura dos documentos que formalizaram a operação, tais como contratos e atas. Com o auxílio de nossos especialistas em avaliação de projeções, analisamos a metodologia utilizada para mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, a razoabilidade das premissas utilizadas e cálculos efetuados confrontando, quando disponíveis, com informações de mercado, tendo identificado a necessidade de ajuste de certas premissas e metodologias que resultaram na alteração do valor justo de determinados ativos adquiridos. Com base nas informações analisadas, efetuamos ainda o recálculo da determinação do ganho por compra vantajosa (deságio) apurado na operação e avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os julgamentos e premissas utilizados pela Administração no processo de identificação e mensuração do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, bem como na determinação do ganho por compra vantajosa, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 14, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



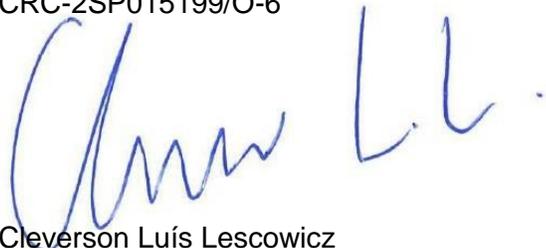
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Blumenau, 29 de março de 2019.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Cleverson Luís Lescowicz
Contador CRC-SC27535/O-0

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	77.684	38.236	88.362	40.840
Contas a receber de clientes	7	73.271	75.457	89.294	90.253
Estoques	8	64.738	53.512	78.081	64.421
Impostos e contribuições a recuperar	9	11.877	9.043	26.762	9.918
Outras contas a receber	11	19.374	2.203	11.434	2.252
		246.944	178.451	293.933	207.684
Ativos circulantes mantidos para venda	12	19.079	38.649	19.079	38.649
		266.023	217.100	313.012	246.333
Não circulante					
Ativos não circulante mantidos para venda	12	1.181	1.181	1.181	1.181
Depósitos judiciais	21	37.045	33.416	38.079	34.128
Impostos e contribuições a recuperar	9	3.258	2.731	4.829	4.182
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	-	-	860	2.573
Partes relacionadas	13	249.150	245.064	246.164	245.064
Outras contas a receber	11	4.393	5.519	4.393	5.519
		295.027	287.911	295.506	292.647
Investimentos					
Em controladas	14	60.793	56.514	-	-
Outros investimentos		2.621	23	2.621	23
Intangível	15	30.404	30.133	37.748	30.135
Imobilizado	16	172.727	188.508	200.676	210.537
		561.572	563.089	536.551	533.342
Total do ativo		827.595	780.189	849.563	779.675

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	17	190.424	143.345	222.674	170.197
Fornecedores risco sacado	17	13.915	-	13.915	-
Empréstimos e financiamentos	18	115.041	196.521	115.180	196.660
Salários, encargos e contribuições sociais	19	18.638	17.493	21.517	20.060
Obrigações fiscais	20	27.122	28.897	30.701	30.994
Dividendos	22	-	-	402	203
Instrumentos financeiros derivativos	4.1	33	41	33	41
Outras contas a pagar		2.394	4.868	3.021	6.277
		367.567	391.165	407.443	424.432
Não circulante					
Fornecedores	17	3.386	8.347	3.386	9.374
Empréstimos e financiamentos	18	155.091	63.348	155.656	64.050
Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	21	17.278	15.225	20.916	17.805
Obrigações fiscais	20	91.185	97.148	97.153	103.039
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	40.822	39.812	41.053	39.812
Partes relacionadas	13	42.649	49.477	-	-
Outras contas a pagar		-	179	-	179
		350.411	273.536	318.164	234.259
Patrimônio líquido	22				
Capital social		40.000	40.000	40.000	40.000
Ajustes de avaliação patrimonial		56.021	63.975	56.021	63.975
Reservas de lucros		13.596	11.513	13.596	11.513
		109.617	115.488	109.617	115.488
Participação de não controladores		-	-	14.339	5.496
Total do patrimônio líquido		109.617	115.488	123.956	120.984
Total do passivo e patrimônio líquido		827.595	780.189	849.563	779.675

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação, em reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2018	2017	2018	2017
Receita operacional líquida	23	700.281	646.517	806.098	759.717
Custos dos produtos vendidos	24	(523.342)	(456.047)	(598.933)	(543.676)
Lucro bruto		176.939	190.470	207.165	216.041
Despesas de vendas	24	(79.354)	(69.214)	(92.405)	(83.694)
Despesas administrativas	24	(30.637)	(29.552)	(42.322)	(36.741)
Resultado da equivalência patrimonial	14	12.347	(2.874)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	11.280	(17.335)	35.025	(20.762)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos sobre o lucro		90.575	71.495	107.463	74.844
Receitas financeiras	25	32.772	20.804	43.991	28.946
Despesas financeiras	25	(99.889)	(98.978)	(113.778)	(111.466)
Variações monetárias e cambiais líquidas	25	27.605	55.301	30.846	55.304
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		51.063	48.622	68.522	47.628
Imposto de renda e contribuição social	10				
Corrente		(11.802)	(12.467)	(17.418)	(12.797)
Diferido		(938)	(5.091)	(3.850)	(3.690)
Lucro líquido do exercício		38.323	31.064	47.254	31.141
Atribuível a:					
Acionistas da Companhia				38.323	31.064
Participação dos acionistas não controladores				8.931	77
				47.254	31.141
Resultado por ação:					
Básico e diluído por ação (em R\$ por ação)	27			3,05	2,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Resultado do exercício	38.323	31.064	47.254	31.141
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	38.323	31.064	47.254	31.141
Atribuído aos acionistas controladores			38.323	31.064
Atribuído aos acionistas não controladores			8.931	77

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Atribuível aos acionistas controladores									
	Capital Social	Ajuste de avaliação patrimonial	Reserva de Lucros				Lucros acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total
			Incentivos fiscais	Reserva legal	Retenção de lucros	Dividendos adicionais propostos				
Saldos em 31 de dezembro de 2016	40.000	65.745	3.448	1.755	4.304	6.882	-	122.134	5.568	127.702
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	31.064	31.064	77	31.141
Realização do custo atribuído	-	(2.644)	-	-	-	-	2.644	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	-	874	-	-	-	-	(874)	-	-	-
Destinações:										
Reserva legal	-	-	-	1.553	-	-	(1.553)	-	-	-
Destinação de dividendos	-	-	-	-	-	-	(30.828)	(30.828)	(149)	(30.977)
Dividendos adicionais propostos a distribuir	-	-	-	-	-	(6.882)	-	(6.882)	-	(6.882)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	453	-	-	-	(453)	-	-	-
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	40.000	63.975	3.901	3.308	4.304	-	-	115.488	5.496	120.984
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	38.323	38.323	8.931	47.254
Realização do custo atribuído	-	(12.014)	-	-	-	-	12.014	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social sobre realização do custo atribuído	-	4.060	-	-	-	-	(4.060)	-	-	-
Destinações:										
Reserva legal	-	-	-	1.916	-	-	(1.916)	-	-	-
Destinação de dividendos	-	-	-	-	-	-	(44.194)	(44.194)	(88)	(44.282)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	167	-	-	-	(167)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	40.000	56.021	4.068	5.224	4.304	-	-	109.617	14.339	123.956

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	51.063	48.622	68.522	47.628
Ajustes por:				
Depreciação	16.822	17.597	20.877	21.914
Amortização do intangível	439	365	440	366
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(2.573)	2.983	(2.590)	3.423
Juros apropriados e variações monetárias	33.086	38.953	33.125	38.998
Juros apropriados partes relacionadas PJ	3.755	4.529	-	-
Juros apropriados partes relacionadas PF	(28.334)	(47.045)	(28.334)	(47.045)
Constituição (realização) de provisão para estoques	108	(46)	(26)	101
Ganho por compra vantajosa	-	-	(21.112)	-
(Provisão) reversão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	3.339	(16.908)	5.125	(15.778)
Resultado na venda de ativo imobilizado	6.100	2.719	43.900	7.288
Equivalência patrimonial	(12.347)	2.874	-	-
Ajuste a valor presente	(2.663)	1.066	(2.896)	3.005
Variações em:				
(Aumento) / redução em contas a receber	4.375	(7.718)	2.729	(8.593)
(Aumento) / redução nos estoques	(11.351)	(5.048)	(13.894)	(4.052)
(Aumento) / redução nos impostos a recuperar	(3.361)	1.884	(17.491)	2.232
(Aumento) / redução em outras contas a receber	(19.674)	(7.590)	(12.007)	(8.778)
(Aumento) / redução de bens destinados a venda	19.570	70	19.570	70
Variação líquida em partes relacionadas	2.986	-	-	-
Aumento / (redução) em fornecedores	59.097	(2.097)	64.380	(30.419)
Aumento / (redução) em obrigações fiscais	(7.738)	78.442	(6.179)	84.665
Aumento / (redução) em outras contas a pagar e provisões	(2.661)	(4.467)	(3.333)	(3.612)
Aumento / (redução) de partes relacionadas PJ	(10.614)	(12.685)	-	(111)
Pagamento / (redução) de contingências	(1.286)	(1.421)	(2.014)	(2.126)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(11.730)	(12.009)	(18.314)	(12.340)
Aumento / (redução) em salários, encargos e contr. sociais	1.145	721	1.457	418
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	87.553	83.791	131.936	77.254
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Dividendos recebidos	8.068	54	-	54
Aquisições de ativo imobilizado	(7.141)	(8.010)	(35.627)	(9.604)
Aquisições de ativo intangível	(710)	(806)	(710)	(808)
Aquisição de controlada e outros investimentos	(2.598)	-	(8.118)	-
Resultado na venda de outros investimentos	-	425	-	425
Caixa líquido usado nas atividades de investimento	(2.381)	(8.337)	(44.455)	(9.933)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Variações em empréstimos concedidos a partes relacionadas	(22.901)	(11.851)	(16.960)	(11.851)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-	(297)	-	(2.114)
Captação de empréstimos e financiamentos	290.110	138.707	290.110	138.707
Pagamento de empréstimos (principal)	(279.913)	(173.465)	(280.050)	(173.602)
Pagamento de empréstimos (juros)	(33.020)	(40.507)	(33.059)	(40.553)
Caixa líquido usado nas atividades de financiamento	(45.724)	(87.413)	(39.959)	(89.413)
Aumento/(redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	39.448	(11.959)	47.522	(22.092)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	38.236	50.195	40.840	62.932
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	77.684	38.236	88.362	40.840
Itens que não afetam caixa:				
Compensação de dividendos a pagar com créditos a receber de partes relacionadas	44.194	39.707	44.194	39.707

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Companhia, com sede na Rua Padre Auling, 595, Bairro Industrial, em São Ludgero, Santa Catarina, tem por objetivo a fabricação de embalagens flexíveis, produtos termoformados descartáveis para embalagens, tais como: copos descartáveis impressos ou não, pratos, potes, bandejas expandidas, laminados plásticos, entre outros e recuperação de resíduos sólidos.

Em 2018, a Companhia manteve-se focada na redução dos gastos fixos bem como limitando-se aos investimentos absolutamente necessários para manter seu parque fabril em condições de competitividade.

O indicador meta, estabelecido pelos Acionistas, permaneceu sendo o GCE (Geração de Caixa Efetiva) o qual consiste no Ebitda, acrescido ou reduzido pela variação dos estoques e da conta de inadimplência e deduzido do CAPEX.

O capital investido nas contas de giro do negócio, componente relevante na composição do indicador meta, manteve-se negativo e, em linha com os cinco exercícios anteriores o que evidencia uma relação de prazos de pagamentos, para fornecedores e clientes, já consolidada.

No primeiro trimestre de 2018 foi desembolsado a quinta emissão de debêntures (CICE15), alongado a CICE14 e resgatado antecipadamente a CICE12 e, nos trimestres seguintes diversas outras captações bi-laterais de longo prazo foram desembolsadas o que permitiu uma melhora significativa da liquidez corrente.

No último trimestre de 2018 a CICE13, cujo saldo estava em R\$ 56.000, e que tinha sido objeto de alongamento foi resgatada antecipadamente. Parte da operação já estava no curto prazo e o resgate antecipado permitiu a liberação das garantias que estão sendo utilizadas em novas captações citadas no parágrafo seguinte.

No primeiro trimestre de 2019 outras captações de longo prazo, que somam quase R\$ 75.000, já contratadas, serão desembolsadas o que permitirá uma nova melhora do capital circulante da Companhia.

As controladas da Companhia, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas são:

Nome	Principal atividade	Sede	% participação	
			2017	2018
Incoplast Embalagens do Nordeste Ltda	Fabricação e comercialização de embalagens	João Pessoal -PA	97,6	97,6
Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda - Consolidado	Fabricação e comercialização de produtos termoformados descartáveis para embalagem e acondicionamento.	Manaus - AM	26,7	26,7

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

A controlada Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda compreende a Copobras Indústria e Comércio de Embalagens Ltda., sediada na cidade de Guarulhos/SP.

1.1 Combinação de negócios

Durante o exercício de 2018, a Companhia através de sua controlada Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda adquiriu 99,30% de participação societária da Sealed Air Embalagens Ltda atualmente denominada Copobras Indústria e Comércio de Embalagens Ltda, localizada na cidade de Guarulhos/SP, ao custo total de R\$ 28.544. As informações relacionadas a esta transação estão descritas na nota explicativa 14.

2. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), evidenciando todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas

pela administração na sua gestão. Determinados saldos do período comparativo foram reclassificados para seguir a apresentação do período corrente.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de certos ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de escolha e aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão divulgadas na Nota 3.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.1. Base de preparação--Continuação

A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pela Diretoria Executiva em 29 de março de 2019.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.3. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2018. O controle é obtido quando a Companhia estiver exposta ou tiver direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida e tiver a capacidade de afetar esses retornos por meio do poder exercido em relação à investida.

Especificamente, a Companhia controla uma investida se, e apenas se, tiver:

- Poder em relação à investida (ou seja, direitos existentes que lhe garantem a atual capacidade de dirigir as atividades pertinentes da investida);
- Exposição ou direito a retornos variáveis com base em seu envolvimento com a investida;
- A capacidade de usar seu poder em relação à investida para afetar os resultados.

Geralmente, há presunção de que uma maioria de direitos de voto resulta em controle. Para dar suporte a essa presunção e quando a Companhia tiver menos da maioria dos direitos de voto ou semelhantes de uma investida, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias pertinentes ao avaliar se tem poder em relação a uma investida, inclusive:

- O acordo contratual com outros detentores de voto da investida;
- Direitos originados de acordos contratuais;
- Os direitos de voto e os potenciais direitos de voto da Companhia.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.3. Consolidação--Continuação

A Companhia avalia se exerce controle ou não de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem que há mudanças em um ou mais dos três elementos de controle. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à controlada e finaliza quando a Companhia deixar de exercer o mencionado controle. Ativo, passivo e resultado de uma controlada adquirida ou alienada durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver controle até a data em que a Companhia deixar de exercer o controle sobre a controlada.

O resultado e cada componente de outros resultados abrangentes são atribuídos aos acionistas controladores e aos não controladores da Companhia, mesmo se isso resultar em prejuízo aos acionistas não controladores. Quando necessário, são efetuados ajustes nas demonstrações financeiras das controladas para alinhar suas políticas contábeis com as políticas contábeis da Companhia. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre as companhias, são totalmente eliminados na consolidação.

A variação na participação societária da controlada, sem perda de exercício de controle, é contabilizada como transação patrimonial.

Se a Companhia perder o controle exercido sobre uma controlada, é dada baixa nos correspondentes ativos (inclusive ágio), passivos, participação de não controladores e demais componentes patrimoniais, ao passo que qualquer ganho ou perda resultante é contabilizado no resultado. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo.

2.4. Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. Cada entidade da Companhia determina sua própria moeda funcional.

a) Transações e saldos

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.4. Conversão de moeda estrangeira--Continuação

a) Transações e saldos--Continuação

Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

2.5. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa.

2.6. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

a) Ativos financeiros

2.6.1. Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. Todos os ativos financeiros são reconhecidos a valor justo, acrescido, no caso de ativos financeiros não contabilizados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que são atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos e outros recebíveis, e partes relacionadas.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.6.2. *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros da Companhia foram classificados nas seguintes categorias:

- Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado; e
- Empréstimos e contas a receber.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados

como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 48 – Instrumentos financeiros. Derivativos, incluindo os derivativos embutidos que não estão intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, são também classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam classificados como instrumentos de hedge eficazes. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.6.2. *Mensuração subsequente*--Continuação

Empréstimos e recebíveis

Essa categoria é a mais relevante da Companhia. Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos e determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros de efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Empréstimos e recebíveis compreendem contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas.

2.6.3. *Desreconhecimento (baixa)*

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente (ou seja, excluído do resultado do exercício) quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.6.3. *Desreconhecimento (baixa)*--Continuação

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo.

O envolvimento contínuo que toma a forma de garantia em relação ao ativo transferido é mensurado com base no valor contábil original do ativo ou no valor máximo da contraprestação que poderia ser exigido que a Companhia amortizasse, dos dois o menor.

2.6.4. *Redução do valor recuperável de ativos financeiros*

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável. Uma perda só existe se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” ocorrido) e tenham impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

a) Ativos financeiros--Continuação

2.6.4. *Redução do valor recuperável de ativos financeiros*--Continuação

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e é avaliado em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável.

Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja, ou continue a ser, reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

O valor de qualquer perda por redução ao valor recuperável é mensurado como a diferença entre o valor do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas e ainda não ocorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Os empréstimos, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

b) Passivos financeiros

2.6.5. *Reconhecimento inicial e mensuração*

Passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, contas a pagar, ou como derivativos classificados como instrumento de hedge, conforme o caso.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos e contas a pagar, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, fornecedores risco sacado, empréstimos e financiamentos, contratos de garantia financeira e instrumentos financeiros derivativos.

2.6.6. *Mensuração subsequente*

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de recompra no curto prazo. Essa categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios de contabilização de hedge definidos pelo CPC 48 – Instrumentos financeiros, incluindo os derivativos embutidos que não são intimamente relacionados ao contrato principal e que devem ser separados, e também são classificados como mantidos para negociação, a menos que sejam designados como instrumentos de hedge efetivos.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

b) Passivos financeiros--Continuação

2.6.6. *Mensuração subsequente*--Continuação

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado--Continuação

Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Contratos de garantia financeira

Os contratos de garantia financeira emitidos pela Companhia são contratos que requerem pagamento para fins de reembolso do detentor por perdas por ele incorridas quando o devedor especificado deixar de fazer o pagamento devido segundo os termos do correspondente instrumento de dívida. Contratos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos como um passivo a valor justo, ajustado por custos de transação diretamente relacionados com a emissão da garantia. Subsequentemente, o passivo é mensurado com base na melhor estimativa da despesa requerida para liquidar a obrigação presente na data do balanço ou no valor reconhecido menos amortização, dos dois o maior.

2.6.7. *Desreconhecimento (baixa)*

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.6. Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente-- Continuação

b) Passivos financeiros--Continuação

2.6.7. *Desreconhecimento (baixa)--Continuação*

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.7. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PDD” ou *impairment*) e ajuste a valor presente.

2.8. Estoques

Os estoques de matérias primas, materiais de embalagem e almoxarifado foram avaliados pelo custo médio de aquisição, que não excede o valor de realização líquido de impostos e despesas de venda. Os estoques de produtos em elaboração e produtos acabados foram avaliados pelo custo médio através do método de custeio de absorção total.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.9. Bens destinados a venda

Ativos não circulantes são classificados como ativos mantidos para venda quando seu valor contábil for recuperável, principalmente, por meio de uma venda e quando essa venda for praticamente certa. Estes ativos são avaliados pelo menor valor entre o valor contábil e o valor justo, menos os custos de venda. Espera-se que a venda destes ativos ocorra em um período de até 12 meses a partir da data de encerramento da presente demonstração financeira.

2.10. Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que for incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Ativos intangíveis--Continuação

A Companhia reconhece como ativos intangíveis:

a) Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida, (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida, e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

b) Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir ou desenvolver os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de cinco anos.

c) Carteira de clientes

As carteiras de clientes são reconhecidas conforme o Método de Ganhos Excedentes em Múltiplos Períodos, pois é possível calcular o valor presente dos fluxos de caixas futuros que se espera que sejam gerados pela carteira de clientes isoladamente. A vida útil estimada da carteira de clientes é de 5 anos, período pelo qual seus saldos serão amortizados.

d) Marcas e patentes

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 anos.

A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis da Companhia:

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.10. Ativos intangíveis--Continuação

d) Marcas e patentes--Continuação

	<u>Ágio</u>	<u>Softwares</u>	<u>Marcas e patentes</u>
Vida útil	Indefinida	Definida (5 anos)	Definida (10 anos)
Método de amortização utilizado	Não amortiza	Amortização linear conforme vida útil	Amortização linear ao longo do prazo da patente
Gerados internamente ou adquiridos	Adquiridos	Adquiridos e gerados internamente	Adquiridos

2.11. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção e custo atribuído, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumulada, quando houver.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas ou despesas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.11. Imobilizado--Continuação

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com as vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre o prazo de arrendamento e as suas vidas úteis. A Companhia reavalia anualmente as taxas de depreciação.

As vidas úteis estimadas para os bens do ativo imobilizado são:

Edifícios	50 anos
Maquinas e equipamentos	15 anos
Móveis e utensílios	8 anos
Veículos	6 anos
Equipamentos de processamento de dados	4 anos

2.12. *Impairment* de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.12. *Impairment* de ativos não financeiros--Continuação

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente (em 31 de dezembro) ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa,

2.13. Fornecedores e fornecedores risco sacado

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. A Companhia contrata operações denominadas risco sacado junto a instituições financeiras e apresenta estas operações sobre a rubrica de fornecedores risco sacado. Esta operação visa alongar o prazo de pagamento aos fornecedores, sem no entanto, alterar os termos contratuais negociados com estes.

2.14. Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.14. Provisões--Continuação

Geral--Continuação

Se o efeito do valor temporal do dinheiro for significativo, as provisões são descontadas utilizando uma taxa corrente antes dos impostos que reflete, quando adequado, os riscos específicos ao passivo. Quando for adotado desconto, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como custo de financiamento.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.15. Impostos

a) Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende as parcelas correntes e diferidas. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.15. Impostos--Continuação

a) Imposto de renda e contribuição social – corrente e diferido--Continuação

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e também com relação aos prejuízos fiscais. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, ação baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

b) Impostos sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

<u>Impostos</u>	<u>Alíquota</u>
ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços	0% a 18%
IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados	5% a 15%
PIS - Programa de Integração Social	1,65%
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,6%

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.15. Impostos--Continuação

b) Impostos sobre vendas--Continuação

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

2.16. Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. Os principais benefícios são salários e contribuições para a seguridade social - INSS, férias, 13º salário, vale transporte e vale alimentação.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo há uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.17. Reconhecimento da receita

O CPC 47 / IFRS 15 – Receita de Contrato com Cliente estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando e por quanto a receita é reconhecida.

Venda de mercadorias

As receitas resultantes da venda de mercadorias são reconhecidas pelo seu valor justo quando o controle sobre os produtos é transferido para o comprador, a Companhia deixa de ter controle ou responsabilidade pelas mercadorias vendidas e os benefícios econômicos gerados para a Companhia são prováveis, o que ocorre substancialmente no momento de entrega dos produtos aos clientes. As receitas não são reconhecidas se sua realização for incerta.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.17. Reconhecimento da receita--Continuação

Abatimento por volume

A Companhia oferece abatimentos por volume de forma retrospectiva para determinados clientes quando a quantidade de produtos adquiridos durante o período excede um limite especificado em contrato. Os abatimentos são compensados com valores a pagar pelo cliente. Para estimar a contraprestação variável dos descontos futuros esperados, a Companhia aplica o método do valor mais provável para contratos com um limite de volume único, e o método do valor esperado para contratos com mais de um limite de volume. O método selecionado que melhor prediz o montante de contraprestação variável é impulsionado principalmente pelo número de limites de volume constantes do contrato. Em seguida, a Companhia aplica os requisitos sobre estimativas restritivas de contraprestação variável e reconhece um passivo de restituição para os abatimentos futuros esperados.

Receita de juros

Registra-se uma receita de juros referente a todos os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, adotando-se a taxa de juros efetiva, que corresponde à taxa de desconto dos pagamentos ou recebimentos de caixa futuros ao longo da vida útil prevista do instrumento financeiro – ou período menor, conforme o caso – ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída no resultado financeiro na demonstração do resultado do exercício.

2.18. Ajuste a valor presente

A Companhia reconhece o ajuste a valor presente de ativos e passivos. As operações de compras a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias e serviços, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos médios das referidas transações. A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada nas rubricas “fornecedores”, “estoques” e “custo dos produtos vendidos” e sua reversão tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados.

As operações de vendas a prazo foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos médios das referidas transações. O ajuste a valor presente das vendas a prazo é registrado na rubrica “receita de vendas” e “contas a receber de clientes” e sua realização é registrada na rubrica “receitas financeiras”, pela fruição do prazo.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.19. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia recebe benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos na demonstração do resultado ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais. O empréstimo ou assistência é reconhecido ou mensurado inicialmente a valor justo. A subvenção governamental é mensurada como a diferença entre o valor contábil inicial do empréstimo e os resultados recebidos. O empréstimo é subseqüentemente mensurado de acordo com a política contábil.

2.20. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia e sua controlada mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições de risco de variação de moeda estrangeira. Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado como incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo, e as variações no valor justo são registradas no resultado como receita ou despesa financeira.

2.21. Arrendamentos

A caracterização de um contrato como (ou se ele contém) um arrendamento mercantil está baseado na substância do contrato na data do início de sua execução. O contrato é (ou contém) um arrendamento caso o cumprimento deste contrato seja dependente da utilização de um ativo (ou ativos) específico (s) e o contrato transfere o direito de uso de um determinado ativo (ou ativos), mesmo se este ativo (ou estes ativos) não estiver (em) explícito (s) no contrato.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.21. Arrendamentos--Continuação

Companhia como arrendatária

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem a Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre os custos são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos de arrendamento mercantil financeiro são alocados a encargos financeiros e reduzidos de passivos de arrendamento mercantis financeiros de forma a obter taxas de juros constantes sobre o saldo remanescente do passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois, o menor.

Um arrendamento operacional é diferente de um arrendamento financeiro. Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.22. Combinação de negócios

São contabilizados utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Na aquisição de um negócio, a Administração avalia os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classifica-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.22. Combinação de negócios--Continuação

Inicialmente, o ágio é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação ao valor justo dos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis e passivos assumidos, líquidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado.

Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de qualquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios, a partir da data de aquisição, deve ser alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

2.23. Normas revisadas ou aplicadas pela primeira vez em 2018

A Companhia e suas controladas entendem que as alterações e revisões de normas emitidas pelo IASB, com efeito, a partir de 1º de janeiro de 2018 não produziram impactos significativos em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A natureza e impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - CPC 47:

Resultou em um novo padrão de Receitas de Contrato com cliente, que prevê a contabilização específica de receitas provenientes de contratos de venda de bens ou prestação de serviços, convergindo com a norma internacional IFRS 15, substituindo o atual CPC 30 (Receitas).

A principal mudança é que a receita é reconhecida quando o controle do produto ou serviço é transferido ao cliente. Também traz critérios abrangentes e bem delimitados para o reconhecimento de receita ao longo do tempo: quando o controle sobre a obrigação de desempenho passa para o cliente de forma progressiva, incluindo medição do progresso, reconhecimento de receita de licenças e a divulgação sobre contratos com clientes.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.23. Normas novas ou revisadas aplicadas pela primeira vez em 2018--Continuação

IFRS 15 - "Receita de Contratos com Clientes" - CPC 47:--Continuação

Um contrato com diversas promessas para a transferência de bens (obrigações de desempenho) deverá ser discriminado, e cada promessa terá de ser reconhecida separadamente no momento em que o controle sobre ela é passado ao cliente, com o objetivo de conferir maior transparência às transações de venda para o usuário das demonstrações financeiras.

A administração da Companhia efetuou um estudo para mensurar o impacto desta nova norma contábil e concluiu não haver impactos relevantes.

IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" – CPC 48:

Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do IFRS 9 foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018. Ele substitui a orientação no IAS 39, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece três principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado. Traz, ainda, um novo modelo de perdas de crédito esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas. O IFRS 9 abranda as exigências de efetividade do *hedge*, bem como exige um relacionamento econômico entre o item protegido e o instrumento de *hedge* e que o índice de *hedge* seja o mesmo que aquele que a administração de fato usa para fins de gestão do risco.

A administração da Companhia elaborou estudo para avaliar os impactos desta adoção e concluiu que não há efeitos relevantes com a adoção desta nova norma na data de sua vigência.

2.24. Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018

As normas e interpretações emitidas mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia são abaixo apresentadas. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das principais políticas contábeis--Continuação

2.24. Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2018--Continuação

CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil

O CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases, emitida em janeiro de 2016 em substituição à versão anterior da referida norma (CPC 06 (R1), equivalente à norma internacional IAS 17). O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também deverão reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos (por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos). Em geral, o arrendatário reconhecerá o valor de reavaliação do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia já realizou um diagnóstico dos principais impactos destas normas e para suas operações, que indicou mudanças, entretanto, já está preparando os controles necessários para apresentação da mudança frente ao ano corrente visto que adotará o CPC 06 (R2) de forma prospectiva. Os principais impactos estão descritos na nota 26.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

3.1.1. Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A provisão para imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

A provisão para imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação, além dos prejuízos fiscais e a base negativa da contribuição social. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A determinação da provisão para imposto de renda e contribuição social ou imposto de renda diferido, ativo e passivo, e qualquer provisão para perdas nos créditos fiscais requer estimativas da Administração. Para cada crédito fiscal futuro, a Companhia avalia a probabilidade de parte ou do total do ativo fiscal não ser recuperável. A provisão para desvalorização depende da avaliação, pela Companhia, da probabilidade de geração de lucros tributáveis no futuro baseado nas projeções preparadas e aprovação pelo Conselho de administração da Companhia.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas--Continuação

3.1.2. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia é parte envolvida em vários processos judiciais e administrativos. Provisões são reconhecidas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança). A probabilidade de perda é avaliada com base na evidência disponível, inclusive a opinião dos consultores legais internos e externos. A Companhia acredita que essas contingências estão reconhecidas adequadamente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1.3. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa ("UGC") excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da UGC objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas UGCs, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 15.

3.1.4. Partes relacionadas

Conforme descrito na Nota 13, a Companhia possui contratos de mútuo com acionistas e também concedeu avais aos mesmos acionistas nos montantes de R\$ 245.164 e R\$ 30.360 em 31 de dezembro de 2018, respectivamente. O reconhecimento de saldo de mútuos com os acionistas está condicionado à

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos--Continuação

3.1. Estimativas e premissas contábeis críticas--Continuação

3.1.4. Partes relacionadas--Continuação

capacidade da Companhia gerar lucros suficientes para o pagamento de dividendos que possibilitem aos mesmos honrar com seu pagamento. As projeções elaboradas pela Companhia indicam geração de lucros para pagamento dos dividendos suficientes para realização do saldo até 2026, e estão sujeitas a premissas e julgamentos que podem ser afetadas por condições de mercado, tais como crescimento das operações e níveis de rentabilidade.

4. Gestão de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e os impactos.

4.1. Fatores de risco financeiro

a) Risco de mercado

(i) *Risco cambial*

A Companhia avalia sua exposição cambial subtraindo seus passivos de seus ativos em dólar dos Estados Unidos ("USD") e Euros ("EURO") permanecendo assim com sua exposição cambial líquida, que é o que realmente será afetado por um movimento da moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017 exposição cambial em reais estava assim apresentada:

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

a) Risco de mercado--Continuação

(i) *Risco cambial*--Continuação

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Ativo				
Contas a receber				
Em USD	<u>6.018</u>	<u>4.487</u>	<u>6.018</u>	<u>4.499</u>
	6.018	4.487	6.018	4.499
Passivo				
Fornecedores				
Em USD	(17.236)	(14.901)	(17.236)	(14.909)
Em Euros	(9.439)	(13.816)	(10.978)	(15.894)
Empréstimos				
Em USD	<u>-</u>	<u>(7.018)</u>	<u>-</u>	<u>(7.018)</u>
	(26.675)	(35.735)	(28.214)	(37.821)
Exposição líquida	<u>(20.657)</u>	<u>(31.248)</u>	<u>22.196</u>	<u>(33.322)</u>

A Companhia para garantir o equilíbrio de sua exposição cambial, contratou derivativos em dólar dos Estados Unidos (“USD”) no mercado financeiro.

Em virtude das obrigações financeiras de diversas naturezas assumidas pela Companhia em moedas estrangeiras, foi implantada uma “Política de Proteção Cambial”, que estabelece níveis de exposição vinculados a esses riscos. Consideram-se valores em moeda estrangeira dos saldos a receber e a pagar de compromissos já assumidos e registrados nas demonstrações contábeis oriundos das operações da companhia decorrentes de:

- (i) Compras de insumos para a produção
- (ii) Importação de máquinas e equipamentos
- (iii) Dívidas em moeda estrangeira
- (iv) Vendas a clientes mercado externo

As operações com derivativos visam exclusivamente mitigar os riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial. A companhia contrata para exposições cambiais operações com derivativos denominadas compra a termo de moeda *Forward*. As perdas ou ganhos ao término do contrato são reconhecidos em ganhos ou perdas no resultado financeiro. A contraparte passiva em 31 de dezembro de 2018 está abaixo apresentada:

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

a) Risco de mercado--Continuação

(i) *Risco cambial*--Continuação

A seguir, estão os valores contratuais destes derivativos:

Modalidade da Operação	Consolidado			
	Valor contratado atualizado		Saldo ativo/(Passivo)	
	2018	2017	2018	2017
"Forwards" financeiros	3.875	9.924	(33)	(41)

Os efeitos no resultado das operações com derivativos estão apresentados na Nota 25 na rubrica operações de swap.

(ii) *Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros*

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Para mitigar esse risco, as aplicações financeiras contratadas são valorizadas com base na variação do CDI e os contratos de financiamentos existentes são de longo prazo contratados com instituições financeiras de primeira linha, com encargos calculados de acordo com as condições usuais praticadas de mercado.

Conforme descrito na Nota 13, a Companhia possui recebíveis com partes relacionadas com vencimentos a partir de 2015 em montantes significativos e que serão liquidados com recursos próprios dos acionistas ou provenientes de dividendos. A administração espera que existam lucros suficientes para o pagamento de dividendos que possibilitem aos sócios honrar com esses recebíveis em aberto.

b) Risco de crédito

Embora a Companhia possua um saldo bastante pulverizado no contas a receber de clientes, busca junto a sua área de crédito e cobrança procedimentos que garantam a concretização destes recebíveis de forma a mitigar quaisquer riscos de perdas. A Companhia mantém ainda registrado provisão para devedores duvidosos adequada.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

b) Risco de crédito--Continuação

Com relação aos valores a receber decorrentes de contratos com seus acionistas, a exposição máxima ao risco de crédito refere-se ao montante a receber de R\$ 246.164 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 245.064 em 31 de dezembro de 2017 (nota 13), no caso de inadimplemento por parte dos mesmos, a Companhia estará sujeita a ter que reconhecer uma perda com impacto na sua posição patrimonial e financeira e no resultado das operações. Este risco surge caso a Companhia não gere lucros suficientes que permitam a distribuição de dividendos aos seus acionistas, cujos valores seriam utilizados para quitação dos mútuos, bem como da impossibilidade dos mesmos de quitarem integralmente os valores devidos a Companhia com utilização de seus patrimônio pessoal.

Em relação às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras consideradas de primeira linha.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais dos principais passivos financeiros, conforme o balanço patrimonial:

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.1. Fatores de risco financeiro--Continuação

c) Risco de liquidez--Continuação

(i) *Controladora*

Passivos financeiros não derivativos	Valor Contábil	Fluxo de caixa Contratual	2018					2023 a 2024
			Vencimentos					
			2019	2020	2021	2022		
Fornecedores	193.810	204.206	200.820	3.386	-	-	-	
Fornecedores risco sacado	13.915	14.694	14.694	-	-	-	-	
Partes relacionadas	42.649	42.649	40.478	2.171	-	-	-	
Empréstimos e Financiamentos	270.132	309.789	142.083	116.227	40.969	5.742	4.768	
	520.506	571.338	398.075	121.784	40.969	5.742	4.768	

(ii) *Consolidado*

Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Fluxo de caixa Contratual	2018					2023 a 2024
			Vencimentos					
			2019	2020	2021	2022		
Fornecedores	226.060	241.571	237.406	3.386	-	-	-	
Fornecedores risco sacado	13.915	14.694	14.694	-	-	-	-	
Empréstimos e Financiamentos	270.836	310.590	142.254	116.390	41.126	5.892	4.928	
	510.811	566.855	394.354	119.776	41.126	5.892	4.928	

4.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.2. Gestão de capital--Continuação

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2018 podem ser assim sumariados:

	Consolidado	
	2018	2017
Total dos empréstimos (Nota 18)	270.836	260.710
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(88.362)	(40.840)
Dívida líquida	182.474	219.870
Total do patrimônio líquido	123.956	120.984
Total do capital	306.430	340.854
Índice de alavancagem financeira - %	68%	55%

4.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores assim como os saldos de empréstimos e financiamentos pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os instrumentos financeiros contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

- Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1);
- Informações, além dos preços cotados incluídas no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços) (Nível 2);

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Gestão de risco financeiro--Continuação

4.3. Estimativa do valor justo--Continuação

- Informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis) (Nível 3).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos da Companhia mensurados ao valor justo em 31 de dezembro de 2018.

Passivo	Consolidado			Saldo total
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	33	-	33

Não houve transferência entre os Níveis 1 e 2 durante o exercício.

5. Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada periodicamente. Os saldos entre partes relacionadas representam um risco de crédito irrelevante e as instituições financeiras em que a Companhia realiza transações são de primeira linha. Nenhum dos ativos financeiros, totalmente adimplentes, foi renegociado no último exercício.

	Consolidado	
	2018	2017
Partes relacionadas		
Grupo 1 - a vencer	246.164	245.064
Contas a receber de clientes		
Grupo 2 - a vencer	78.023	77.229
Grupo 3 - vencidas até 180 dias	11.271	13.026
	335.458	335.319

As contas bancárias e os investimentos de curto prazo são mantidos junto a bancos com boa avaliação pelas agências de avaliação de risco. Nenhum dos ativos financeiros totalmente adimplentes foi renegociado no último exercício. Nenhum dos empréstimos às partes relacionadas está vencido ou *impaired*.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Caixa	33	56	33	56
Depósitos bancários	6.096	10.847	7.020	12.091
Aplicações de liquidez imediata	71.555	27.333	81.309	28.693
	77.684	38.236	88.362	40.840

As aplicações financeiras são CDBs remunerados com base na variação do CDI (entre 70% a 100%) e prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa, sendo desta forma considerada como equivalentes de caixa nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

7. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
No país	75.043	83.988	95.570	100.678
No exterior	6.018	4.487	6.018	4.499
Cheques em cobrança	135	132	135	132
	81.196	88.607	101.723	105.309
(-) Ajuste a valor presente	(1.906)	(1.522)	(2.727)	(1.907)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.019)	(11.628)	(9.702)	(13.149)
	73.271	75.457	89.294	90.253

O prazo médio de recebimento praticado pela Companhia é de 45 dias.

a) Contas a receber por moeda

As contas a receber de clientes e demais contas a receber da Companhia são denominadas nas seguintes moedas:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Reais	75.178	84.120	95.705	100.809
Dólares norte americanos	6.018	4.487	6.018	4.500
	81.196	88.607	101.723	105.309

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber de clientes--Continuação

b) Contas a receber por vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
A vencer	65.456	65.854	80.750	79.134
Vencidas até 180 dias	9.721	11.125	11.271	13.026
Vencidas acima de 180 dias	6.019	11.628	9.702	13.149
	81.196	88.607	101.723	105.309

As perdas de créditos esperadas são constituídas conforme IFRS 9/CPC 48, adicionalmente a administração analisa valores relevantes em atraso e constitui uma perda adicional caso necessário. As perdas apresentam a seguinte movimentação:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Início do exercício social	(11.628)	(8.645)	(13.149)	(9.726)
Reversão (provisão) para devedores duvidosos	2.633	(3.273)	212	(3.714)
Provisão para devedores duvidosos – CPC 48/IFRS 9	(992)	-	(1.155)	-
Baixas de incobráveis no período	3.968	290	4.390	291
	(6.019)	(11.628)	(9.702)	(13.149)

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Produtos acabados	24.825	19.302	31.012	23.220
Produtos em elaboração	9.768	9.072	11.141	10.635
Matérias-primas	27.776	24.083	33.072	28.898
Material de uso e consumo	2.439	1.962	3.893	2.547
Adiantamentos a fornecedores	3.003	707	3.384	995
Provisão para estoques obsoletos	(694)	(586)	(1.008)	(1.034)
Ajuste a valor presente	(2.620)	(2.603)	(3.646)	(3.385)
Outros	241	1.575	233	2.545
	64.738	53.512	78.081	64.421

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Estoques--Continuação

Movimentação da provisão para estoques obsoletos.

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(632)	(933)
Adições	(607)	(951)
Baixas	653	850
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>(586)</u>	<u>(1.034)</u>
Adições	(3.743)	(5.617)
Baixas	3.635	5.643
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>(694)</u>	<u>(1.008)</u>

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia não possuía estoques dados em garantia.

9. Impostos e contribuições a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
ICMS – CIAP	1.360	1.199	1.867	1.595
ICMS a recuperar	513	1.030	519	1.030
ICMS garantido	1.527	1.527	2.654	2.654
IPI	560	373	691	373
PIS e COFINS	5.302	766	18.261	968
IRPJ	1.890	2.717	2.854	2.988
CSLL	1.110	659	1.354	700
INSS	2.873	3.503	3.391	3.792
Total	<u>15.135</u>	<u>11.774</u>	<u>31.591</u>	<u>14.100</u>
Circulante	11.877	9.043	26.762	9.918
Não circulante	3.258	2.731	4.829	4.182

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Impostos e contribuições a recuperar--Continuação

A Companhia informa que em dezembro de 2018, reconheceu em seus livros e de suas controladas Incoplast Embalagens do Nordeste Ltda e Copobras da Amazônia Indústria e Comércio de Embalagens Ltda os montantes referentes a saldos de PIS e COFINS que eram calculados sobre o ICMS. Conforme posicionamento do Plenário do Supremo Tribunal Federal em 2017, por maioria de votos, decidiu que o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) não integra a base de cálculo das contribuições para o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), além do posicionamento do Supremo Tribunal Federal, para a controlada Incoplast Embalagens do Nordeste Ltda, a Companhia possui ação transitada em julgado. A Companhia informa ainda que estes montantes afetaram positivamente seus resultados em 2018. A Companhia informa a seguir os efeitos dos montantes reconhecidos:

	2018	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ativo circulante		
Impostos a recuperar		
PIS e COFINS	4.166	17.377
Resultado operacional	<u>4.166</u>	<u>17.377</u>

A Companhia informa ainda que possui processo com decisão favorável no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, cuja expectativa de trânsito em julgado deverá ocorrer no primeiro semestre de 2019, com valor estimado de causa de R\$ 100.000.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Impostos de renda e contribuição social diferidos, líquidos

Os impostos diferidos ativos e passivos tem a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
IR e CS diferidos ativos				
Provisões	6.900	6.525	14.604	9.255
Prejuízos fiscais	3.525	8.453	10.234	14.831
	<u>10.425</u>	<u>14.978</u>	<u>24.838</u>	<u>24.086</u>
IR e CS diferidos passivos				
Depreciação acelerada incentivada	(4.645)	(5.834)	(4.645)	(5.834)
Custo atribuído	(39.667)	(43.389)	(39.927)	(43.688)
Reavaliação ativo imobilizado	(2.366)	(2.441)	(7.549)	(7.645)
Ajuste a valor presente	(2.261)	(1.355)	(3.424)	(2.387)
Ganho compra vantajosa	-	-	(7.178)	-
Outras temporárias	(2.308)	(1.771)	(2.308)	(1.771)
	<u>(51.247)</u>	<u>(54.790)</u>	<u>(65.031)</u>	<u>(61.325)</u>
IR e CS diferidos passivos	<u>(40.822)</u>	<u>(39.812)</u>	<u>(40.193)</u>	<u>(39.812)</u>
IR e CS diferidos apresentados no ativo			860	2.573
IR e CS diferidos apresentados no passivo			41.053	39.812

* O IR e CS diferidos passivos líquidos consolidados são apresentados deduzidos dos respectivos impostos ativos diferidos das controladas.

**O IR e CS diferidos ativo líquido de controlada Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda, consolidado apresentado deduzidos dos respectivos impostos passivos diferidos.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Impostos de renda e contribuição social diferidos, líquidos--Continuação

Os impostos diferidos do resultado têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	51.063	48.622	68.522	47.628
	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(17.361)	(16.531)	(23.297)	(16.193)
Exclusões (adições) permanentes				
Equivalência patrimonial	4.198	(977)	-	-
Incentivos fiscais	863	947	2.697	978
Brindes, doações e bonificações	(48)	(810)	(50)	(1.062)
Despesas indedutíveis	(465)	(309)	(477)	(333)
Outros	73	122	(141)	123
Efeito dos impostos no resultado do exercício	(12.740)	(17.558)	(21.268)	(16.487)
Corrente	(11.802)	(12.467)	(17.418)	(12.797)
Diferido	(938)	(5.091)	(3.850)	(3.690)
Alíquota efetiva	25%	36%	31%	35%

A Companhia, fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, determinada em estudo técnico, reconheceu créditos tributários sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social de exercícios anteriores, que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

A Administração estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

Ano	Controladora	Consolidado
2019	1.233	3.680
2020	1.410	4.183
2021	882	2.371
	3.525	10.234

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram fundamentadas nas projeções dos lucros tributáveis levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício. Conseqüentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes a essas previsões.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Outras contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Precatórios	3.235	3.551	3.235	3.551
Despesas antecipadas	899	463	960	463
Títulos a receber	1.607	2.644	1.607	2.644
Dividendos sobre controladas	8.123	-	54	-
Encargos de Previdência Privada	5.100	-	5.100	-
Adiantamento para futuro aumento capital	3.896	-	3.896	-
Outras contas a receber	907	1.064	975	1.113
	23.767	7.722	15.827	7.771
Circulante	19.374	2.203	11.434	2.252
Não circulante	4.393	5.519	4.393	5.519

O saldo de títulos a receber refere-se ao saldo a receber da empresa Interpolymers Comércio de Importação e Exportação Ltda. Este saldo será recebido em 27 mensais e consecutivas, conforme contrato firmado entre as partes em novembro de 2016.

O saldo de encargos de previdência privada - cessão de direitos refere-se a títulos de previdência contratados junto a algumas instituições financeiras parceiras, com o objetivo de reciprocidade. Haja visto a necessidade de que o favorecido seja uma pessoa física, os mesmos foram contratados em favor dos acionistas, os quais, de imediato, cederam os direitos para a Companhia, formalizados em acordos de acionistas datados de 26 de dezembro de 2018. A previsão do retorno de caixa para a Companhia ocorre a medida que essas operações ficam disponíveis para resgate em um horizonte de 12 meses.

O saldo em adiantamento para futuro aumento de capital, refere-se a adiantamento para aquisição de quotas de capital da controlada Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda, conforme comentado na nota explicativa 14.

12. Ativos mantidos para venda

	Consolidado e Controladora				
	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Total
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2016	681	-	423	147	1.251
Adições	4.978	33.671	-	-	38.649
Baixas	-	-	(45)	(25)	(70)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2017	5.659	33.671	378	122	39.830
Adições	-	2.794	-	-	2.794
Baixas	(2.863)	(19.501)	-	-	(22.364)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2018	2.796	16.964	378	122	20.260
Circulante	2.115	16.964	-	-	19.079
Não circulante	681	-	378	122	1.181

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Ativos mantidos para venda--Continuação

Conforme ata de reunião extraordinária da diretoria, a Companhia promoveu em 2017 a reclassificação do imóvel onde fica localizada sua unidade na Paraíba para ativos não circulantes mantidos para venda, uma vez que o imóvel seria alvo de uma operação de "Sale Leaseback".

A Companhia mandatou a Fran Capital, fundo de investimento imobiliário, constituído sob a forma de condomínio fechado, para que atue como mandatária na procura de investidores interessados e na estruturação e concretização da respectiva operação de "Sale Leaseback".

A presente reclassificação contábil do imóvel foi aprovada dado sua disponibilidade imediata e alta probabilidade de venda, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 31 Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada.

A Companhia concretizou a operação em abril de 2018.

13. Transações com partes relacionadas

a) Saldos e transações

	2018						
	Contas a receber de clientes	Outras contas a receber	Mútuo ativo não circulante	Contas a pagar	Mútuo passivo não circulante	Receita de vendas	Resultado financeiro líquido
Acionistas	-	3.896	246.164	-	-	-	-
Incoplast Embalagens do Nordeste Ltda.	694	-	-	36.479	40.478	3.623	(4.051)
Copobras da Amazônia Indl. de Embalagens Ltda.	90	-	2.986	-	-	19	697
Copobras Ind. E Com. de Embalagens Ltda	492	-	-	2.060	2.171	-	(401)
	<u>1.276</u>	<u>3.896</u>	<u>249.150</u>	<u>38.539</u>	<u>42.649</u>	<u>3.642</u>	<u>(3.755)</u>

	2017				
	Contas a receber de clientes	Mútuo ativo não circulante	Fornecedores	Mútuo passivo não circulante	Receita de vendas
Acionistas	-	245.064	-	-	-
Incoplast Embalagens do Nordeste Ltda.	2.056	-	20.945	48.811	17.313
Copobras da Amazônia Ind. de Embalagens Ltda.	150	-	-	666	3
	<u>2.206</u>	<u>245.064</u>	<u>20.945</u>	<u>49.477</u>	<u>17.316</u>

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Transações com partes relacionadas--Continuação

a) Saldos e transações—Continuação

O saldo de contas a receber contempla somente os valores a receber pela venda de produtos, cujo prazo médio de recebimento é de 45 dias. O saldo de fornecedores refere-se a valores resultantes de compras de materiais entre as partes relacionadas com prazo médio de recebimento de 120 dias. As transações de compra e venda de produtos e materiais entre as partes são realizadas em condições acordadas entre as partes.

O saldo de mútuo passivo refere-se a valores resultantes de transações financeiras entre as partes relacionadas com prazos definidos em contratos. O saldo de mútuo ativo refere-se a valores a receber dos acionistas (pessoas físicas), comentado abaixo.

a.1) *Mútuo ativo não circulante*

Os contratos de mútuos são corrigidos pelo IGP-M e acrescidos de juros de 1,5% a.m. A partir de 31 de março de 2016, os contratos passaram a considerar a sistemática de juros compostos ao invés da aplicação de juros simples como anteriormente previsto.

A decisão de considerar a sistemática de juros compostos foi tomada em reunião extraordinária de diretoria em 15 de fevereiro de 2016, com o objetivo de alinhar os termos dos contratos de mútuos firmados com acionistas da Companhia, de modo que sua incidência se desse de forma capitalizada, visto que todos os aportes por esta captação com instituições financeiras e/ ou congêneres são remunerados a aplicação dos juros contratados de forma capitalizada.

A partir de 01 de maio de 2017 a Companhia deixou de considerar a variação do IGP-M na atualização dos contratos de mútuos. Esta decisão foi tomada em reunião extraordinária do Conselho de Administração em 25 de maio de 2017 e com base no termo aditivo de contrato de repactuação e renegociação dos contratos de mútuo financeiro com objetivo de adequação ao atual cenário econômico-financeiro.

A partir de janeiro de 2018 a Companhia passou a utilizar a taxa de juros de 0,95% a.m. na atualização dos contratos de mútuo, conforme solicitado pela Diretoria Financeira para equalização as taxas de mercado.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Transações com partes relacionadas--Continuação

a) Saldos e transações—Continuação

a.1) *Mútuo ativo não circulante*—Continuação

A administração da Companhia considera que os mútuos sejam pagos principalmente através de retenção de dividendos oriundos de resultados futuros, ou alternativamente através da venda das ações da Companhia detida pelos acionistas a terceiros, com os recursos sendo utilizados preferencialmente na quitação do recebível. Caso os pagamentos de mínimos não sejam realizados nas datas previstas, a diferença paga a menor será acumulada para a quitação preferencial com dividendos disponibilizados subseqüentemente. Adicionalmente, os acionistas possuem patrimônio pessoal que poderá, eventualmente, dar cobertura parcial à quitação dos mútuos, na medida em que essa fonte adicional de recursos seja necessária.

A abertura do saldo de mútuos em 31 de dezembro de 2018 está apresentada conforme abaixo:

	2018			
	Principal	Juros remuneratórios	Juros	Total
Mário Schlickmann	32.015	9.689	40.491	82.195
Milton Schlickmann	28.504	9.873	40.265	78.642
Marcelo Schlickmann	26.659	8.423	35.631	70.713
Janio Dinarte Koch	5.486	1.793	7.335	14.614
	92.664	29.778	123.722	246.164

* Juros remuneratórios referem-se ao valor de mútuos concedidos para pagamento de juros remuneratórios e demais acessórios pagos sobre avais na pessoa física.

A Companhia e seus acionistas firmaram termo de acordo de compromisso visando a quitação dos contratos de mútuos, mediante os quais comprometem-se, ainda, não contrair novos mútuo/ou avais com a Companhia, exceto se:

- Para substituição, total ou parcial, de (i) avais outorgados pela Companhia em favor das Partes; e/ou (ii) mútuos até então contraídos pelas Partes com a Companhia, por outro(s) aval(is) e/ou mútuo (s), desde que o valor, individual ou agregado, do principal, considerando os avais e os mútuos referidos nos itens (i) e (ii) desta alínea, em conjunto, não seja superior a R\$ 142.000 ou seu equivalente em outras moedas;

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Transações com partes relacionadas--Continuação

a) Saldos e transações—Continuação

a.1) *Mútuo ativo não circulante*—Continuação

- O mútuo concedido pela Companhia seja utilizado exclusivamente para o pagamento de juros remuneratórios e demais acessórios, se aplicável, decorrente dos avais referidos no item (i) da alínea (a) acima.
- As receitas financeiras decorrentes dos contratos de mútuos em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$ 28.334 (R\$ 47.045 em 31 de dezembro de 2017), e estão reconhecidas na rubrica “Variações monetárias”.

a.2) *Avais prestados*

Adicionalmente, a Companhia prestou aval aos acionistas para captação de recursos junto a instituições financeiras, cujo montante do principal em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 30.360 (R\$ 42.381 em 31 de dezembro de 2017). A seguir estão demonstrados os valores do principal dos avais prestados e vencimentos:

<u>Acionista</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>Total</u>
Mário Schlickmann	5.884	2.368	164	164	8.580
Milton Schlickmann	4.950	1.727	164	164	7.005
Marcelo Schlickmann	4.014	1.506	143	143	5.806
Janio Dinarte Koch	6.030	2.879	30	30	8.969
	<u>20.878</u>	<u>8.480</u>	<u>501</u>	<u>501</u>	<u>30.360</u>

O valor justo estimado destas garantias financeiras concedidas foi considerado pela Administração como sendo zero e nenhuma provisão foi registrada como passivo financeiro nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

a.3) *Projeção de resultados*

Em função dos compromissos mencionados nos itens supracitados, a Companhia preparou uma projeção de resultados visando demonstrar: (i) a capacidade de geração de lucros suficientes a distribuição de dividendos e, por consequência, viabilizando a quitação dos mútuos pelos acionistas; e (ii) a geração de fluxos de caixa suficientes para a quitação de mútuos avalizados pela Companhia em nome dos acionistas.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Transações com partes relacionadas--Continuação

a) Saldos e transações—Continuação

a.3) *Projeção de resultados*--Continuação

A Companhia em suas projeções de resultado, estima a geração de dividendos suficientes para o pagamento dos mútuos e avais, e seus devidos juros e correções, até o exercício 2026.

a.4) *Demais informações sobre as transações com partes relacionadas*

Não houve perdas reconhecidas no exercício de 2018 relacionadas a dívidas incobráveis com partes relacionadas e também não são esperadas perdas sobre os recebíveis mantidos com partes relacionadas no ativo em 31 de dezembro de 2018, motivo pelo qual a Administração não constitui provisão para créditos de liquidação duvidosa relativa a esses valores.

O pessoal-chave da administração corresponde aos acionistas e diretores da Companhia. A remuneração paga ou a pagar ao pessoal-chave da administração, por seus serviços, está apresentada a seguir:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários e outros benefícios de curto prazo	6.720	9.336

14. Investimento em controladas

a) Informações sobre investimentos

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens e suas controladas Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda consolidado e Incoplast Embalagens do Nordeste Ltda conforme apresentado a seguir:

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Investimento em controladas—Continuação

a) Informações sobre investimentos--Continuação

	2018		
	<u>Copobras da Amazônia (Consolidado)</u>	<u>Incoplast do Nordeste</u>	<u>Total</u>
Patrimônio líquido	17.499	57.507	-
Resultado do exercício	11.849	9.414	-
% de participação no capital	26,66%	97,6%	-
Movimentação do investimento			
Saldo no início do exercício	1.506	55.008	56.514
Distribuição de dividendos	-	(8.068)	(8.068)
Equivalência patrimonial	3.160	9.187	12.347
Saldo no final do exercício	4.666	56.127	60.793

* Composição do Patrimônio Líquido Consolidado da Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda., contemplando a movimentação de aquisição da Copobras Indústria e Comércio de Embalagens Ltda..

	2017		
	<u>Copobras da Amazônia</u>	<u>Incoplast</u>	<u>Total</u>
Patrimônio líquido	5.650	56.361	-
Resultado do exercício	203	(3.000)	-
% de participação no capital	26,7%	97,6%	-
Movimentação do investimento			
Saldo no início do exercício	1.506	57.936	59.442
Distribuição de dividendos	(54)	-	(54)
Equivalência patrimonial	54	(2.928)	(2.874)
Saldo no final do exercício	1.506	55.008	56.514

- (i) Incoplast Embalagens do Nordeste Ltda. é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada que tem por objetivo principal a fabricação e comercialização de embalagens plásticas flexíveis, produtos termoformados descartáveis para embalagem e acondicionamento, bandejas expandidas e recuperação de materiais plásticos em geral situada na cidade de João Pessoa no estado da Paraíba.
- (ii) Em novembro de 2014 a Companhia adquiriu 26,7% das quotas da Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda. que é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada que tem por objetivo principal a fabricação e comercialização de produtos termoformados descartáveis para embalagem e acondicionamento, de uso doméstico ou industrial, laminados plásticos ou outros polímeros, situada na cidade de Manaus, no estado de Amazonas.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Investimento em controladas--Continuação

a) Informações sobre investimentos--Continuação

A Companhia informa que está em tratativas para aumentar sua participação no capital de sua controlada Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda, onde através de contrato de compra e venda de quotas firmado entre os acionistas em 20 de novembro de 2018 efetuou adiantamento no montante R\$ 3.896 para aquisição de quotas, o Preço de Aquisição pago a título de adiantamento, deverá ser compensado por tantas quotas quanto bastem, cujo valor das Quotas será apurado por meio de Balanço Patrimonial elaborado ao final do terceiro trimestre do ano de 2019, conforme previsto neste Contrato.

- (iii) Em 19 de março de 2018 a Companhia adquiriu, através de sua controlada Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda., 99,3% do capital da Sealed Air Embalagens Ltda atualmente denominada Copobras Indústria e Comércio de Embalagens Ltda, e por consequência o controle, pelo montante de R\$ 28.544. A empresa adquirida atua no segmento de bandejas termoformadas de EPS com clientes não atendidos pela Companhia. Como resultado da aquisição, a Companhia espera agregar estes clientes aos demais clientes atendidos por suas demais unidades de produção de bandejas termoformadas de EPS, aumentando com isso sua participação neste mercado.

A Companhia contratou avaliador externo especializado para avaliação a valor justo para fins de alocação do preço de compra dos ativos adquiridos e passivos assumidos, o qual está em processo de finalização do respectivo laudo.

A Companhia reconheceu nos livros de sua controlada, Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda., os efeitos patrimoniais da empresa adquirida de acordo com a Due Diligence e laudo contábil datado de 19 de março de 2018, elaborado pela Baker Tilly Brasil, e os efeitos de acordo com o laudo de alocação de preço de compra elaborado pela Adviser Assessoria Empresarial Ltda, datado de 08 de março de 2019, os quais estão abaixo apresentados:

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Investimento em controladas--Continuação

a) Informações sobre investimentos--Continuação

	<u>19.03.2018</u>
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	5.533
Contas a receber de clientes	5.074
Estoques	2.944
Outras contas a receber	763
	<u>14.314</u>
Não circulante	
Partes relacionadas	52
Depósitos judiciais	380
Impostos e contribuições a recuperar	150
Imposto de renda e contribuição social diferidos	969
Imobilizado	14.599
	<u>16.150</u>
Total dos ativos	<u>30.464</u>
	<u>19.03.2018</u>
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	5.112
Salários e encargos	308
Obrigações fiscais e trabalhistas	930
Outras contas a pagar	224
	<u>6.574</u>
Não circulante	
Provisão para contingências	866
	<u>866</u>
Total do passivos	<u>7.440</u>
Total do acervo líquido	<u>23.024</u>
Valor justo na contraprestação paga	28.544
Ativos intangíveis	
Carteira de clientes	7.343
Mais valia de imobilizados	19.289
	<u>26.632</u>
Ganho por compra vantajosa	<u>21.112</u>

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Investimento em controladas--Continuação

a) Informações sobre investimentos--Continuação

A compra vantajosa de R\$ 21.112 é originada pela diferença entre os ativos líquidos identificáveis e a contraprestação total paga. A Companhia revisou os trabalhos de due diligence e do laudo de alocação de preço de compra, elaborado por avaliadores independentes distintos, e não identificou elementos que indicassem a inexistência de compra vantajosa.

b) Resumo das informações financeiras

O quadro abaixo apresenta um resumo das informações financeiras das controladas.

(i) *Balanço patrimonial sintético*

	Controladas			
	Incoplast do Nordeste		Copobras da Amazônia Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ativo				
Circulante	33.883	34.574	25.448	6.609
Não circulante	56.508	68.236	24.899	8.009
Total do ativo	90.391	102.810	50.347	14.618
Passivo				
Circulante	24.471	36.492	27.747	8.725
Não circulante	8.413	9.957	4.975	243
Total do passivo	32.884	46.449	32.722	8.968
Patrimônio líquido	57.507	56.361	17.625	5.650

(ii) *Demonstração do resultado sintética*

	Controladas			
	Incoplast do Nordeste		Copobras da Amazônia	
	2018	2017	2018	2017
Receitas	81.208	128.439	68.681	30.880
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	12.308	(4.406)	17.498	538
Lucro líquido	9.414	(3.000)	11.864	203

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Ágio	28.250	28.250	28.250	28.250
Carteira de clientes	-	-	7.343	-
Software	3.350	2.804	3.384	2.838
Marcas e patentes	1.885	1.721	1.885	1.721
Amortização acumulada	(3.081)	(2.642)	(3.114)	(2.674)
	30.404	30.133	37.748	30.135

Ágio

O ágio gerado na aquisição da Braspack S/A está reconhecido pelo valor de R\$ 28.250 é atribuível à expectativa de rentabilidade futura.

Teste do intangível para verificação de *impairment*:

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia avaliou a recuperação do montante do ágio com base no seu valor em uso, utilizando o modelo de fluxo de caixa descontado. Não ocorreu nenhum fato durante o ano que leve a suscitar dúvidas quanto a realização. O valor recuperável do fluxo de caixa é baseado na expectativa de rentabilidade futura. Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa, baseadas em orçamentos financeiros aprovados pela Administração para um período de dez anos e extrapolados a perpetuidade nos demais períodos com base nas taxas de crescimento estimadas. Em 31 de dezembro de 2018, o valor recuperável do fluxo de caixa para fins de teste de *impairment* não demonstrou necessidade de reconhecimento de perda no período. As premissas-chave utilizadas no teste de *impairment* são as que seguem:

	2018	2017
	<u>Braspack</u>	<u>Braspack</u>
Taxa de crescimento estimada anual %	5,5%	5,5%
Taxa de desconto anual %	13,63%	15,34%
Período em anos	9,5	10
Dispêndio anual em imobilizado – R\$	500	500
Valor recuperável - R\$	33.345	33.078

Tanto o volume de vendas como os custos e despesas operacionais foram projetados levando em consideração a taxa de crescimento estimada anual alocada a uma projeção prevista de dez anos. Esta taxa se baseia no desempenho passado e nas expectativas da administração para o desenvolvimento do mercado.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Intangível--Continuação

Ágio--Continuação

A taxa de desconto anual leva em conta a média do custo de captação que a Companhia vem praticando em suas captações de recursos no mercado financeiro.

O dispêndio anual para aquisição de imobilizado diz respeito aos desembolsos de caixa esperados no segmento para reforma/manutenção das máquinas. Ele se baseia na experiência histórica da administração e no dispêndio planejado para a reforma/manutenção pós-aquisição do negócio. Nenhuma receita incremental ou economia de custo foi considerada no modelo de valor em uso como resultado desse dispêndio.

Carteira de clientes

A Companhia reconheceu em seu intangível, o valor de R\$ 7.343 referente a carteira de clientes na aquisição da empresa Copobras Indústria e Comércio de Embalagens Ltda, pela sua Controlada Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda. As carteiras de clientes são reconhecidas conforme o Método de Ganhos Excedentes em Múltiplos Períodos, pois é possível calcular o valor presente dos fluxos de caixas futuros que se espera que sejam gerados pela carteira de clientes isoladamente. A vida útil estimada da carteira de clientes é de 5 anos, período pelo qual seus saldos serão amortizados.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado

a) Controladora

	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamentos de processamento de dados</u>	<u>Outros ativos fixos</u>	<u>Imobilizado em andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2016	37.748	78.198	105.558	644	3.166	551	4.462	9.130	239.457
Adições	-	116	1.591	16	67	92	9	6.119	8.010
Baixas	-	-	(728)	-	(12)	-	-	(476)	(1.216)
Transferências para bens destinados a venda	(4.978)	(33.671)	-	-	24	-	-	-	(38.625)
Baixa crédito Pis/Cofins prédios	-	(1.521)	-	-	-	-	-	-	(1.521)
Transferências	-	54	4.680	22	107	24	21	(4.908)	-
Depreciação	-	(2.011)	(14.340)	(148)	(456)	(207)	(435)	-	(17.597)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2017	<u>32.770</u>	<u>41.165</u>	<u>96.761</u>	<u>534</u>	<u>2.896</u>	<u>460</u>	<u>4.057</u>	<u>9.865</u>	<u>188.508</u>
Adições	-	90	3.325	31	-	435	194	3.066	7.141
Baixas	(90)	-	(784)	(2)	-	(8)	(2.422)	-	(3.306)
Transferências para bens destinados a venda	-	(2.794)	-	-	-	-	-	-	(2.794)
Transferências	-	-	4.110	-	-	-	-	(4.110)	-
Depreciação	-	(1.355)	(14.321)	(123)	(440)	(236)	(347)	-	(16.822)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2018	<u>32.680</u>	<u>37.106</u>	<u>89.091</u>	<u>440</u>	<u>2.456</u>	<u>651</u>	<u>1.482</u>	<u>8.821</u>	<u>172.727</u>
Em 31 de dezembro de 2018									
Custo	32.680	53.022	281.849	2.771	6.758	4.471	7.270	8.821	397.642
Depreciação acumulada	-	(15.916)	(192.758)	(2.331)	(4.302)	(3.820)	(5.788)	-	(224.915)
Saldo contábil, líquido	<u>32.680</u>	<u>37.106</u>	<u>89.091</u>	<u>440</u>	<u>2.456</u>	<u>651</u>	<u>1.482</u>	<u>8.821</u>	<u>172.727</u>
Taxa média ponderada de depreciação %		2%	7%	13%	17%	25%	10%		

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado--Continuação

b) Consolidado

	<u>Terrenos</u>	<u>Edificações</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Veículos</u>	<u>Equipamentos de processamento de dados</u>	<u>Outros ativos fixos</u>	<u>Imobilizado em andamento</u>	<u>Total</u>
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2016	42.135	78.534	129.717	711	3.184	620	4.589	9.288	268.778
Adições	-	116	2.343	21	67	104	49	6.904	9.604
Baixas	-	-	(5.295)	(2)	(12)	-	-	(476)	(5.785)
Transferências para bens destinados venda	(4.978)	(33.671)	-	-	24	-	-	-	(38.625)
Baixas crédito Pis/Cofins prédios	-	(1.521)	-	-	-	-	-	-	(1.521)
Transferências	-	65	4.820	22	107	24	21	(5.059)	-
Depreciação	-	(2.042)	(18.543)	(173)	(463)	(236)	(457)	-	(21.914)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2017	<u>37.157</u>	<u>41.481</u>	<u>113.042</u>	<u>579</u>	<u>2.907</u>	<u>512</u>	<u>4.202</u>	<u>10.657</u>	<u>210.537</u>
Aquisição de controlada	3.467	9.132	1.953	31	-	16	-	-	14.599
Adições	-	90	5.839	37	-	446	206	14.410	21.028
Baixas	(3.557)	(22.459)	(1.007)	(2)	-	(10)	(2.422)	(11.649)	(41.106)
Transferências para bens destinados venda	-	(2.794)	-	-	-	-	-	-	(2.794)
Mais valia na aquisição de controlada	-	13.327	5.962	-	-	-	-	-	19.289
Transferências	-	-	4.512	-	-	-	-	(4.512)	-
Depreciação	-	(1.388)	(18.245)	(156)	(444)	(273)	(371)	-	(20.877)
Saldo contábil líquido em 31 de dezembro de 2018	<u>37.067</u>	<u>37.389</u>	<u>112.056</u>	<u>489</u>	<u>2.463</u>	<u>691</u>	<u>1.615</u>	<u>8.906</u>	<u>200.676</u>
Em 31 de dezembro de 2018									
Custo	37.067	53.806	339.205	3.093	6.818	4.902	7.511	8.906	461.308
Depreciação acumulada	-	(16.417)	(227.149)	(2.604)	(4.355)	(4.211)	(5.896)	-	(260.632)
Saldo contábil, líquido	<u>37.067</u>	<u>37.389</u>	<u>112.056</u>	<u>489</u>	<u>2.463</u>	<u>691</u>	<u>1.615</u>	<u>8.906</u>	<u>200.676</u>
Taxa de depreciação %		2%	7%	13%	17%	25%	10%		

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado--Continuação

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado periodicamente, sendo que em 31 de dezembro de 2018, não houve indicadores de perda por redução ao valor recuperável, que gerasse a necessitasse de teste de impairment.

O saldo de imobilizado em andamento em 31 de dezembro de 2018 refere-se substancialmente aos gastos incorridos na aquisição de máquinas, construções e outros ativos, que serão concluídos entre 2019 e 2020.

Controladora

O montante de R\$ 15.767 em 31 de dezembro de 2018, (R\$ 15.852 em 2017) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo das vendas", R\$ 329 (R\$ 375 em 2017) em "Despesas com vendas" e R\$ 726 (R\$ 1.474 em 2017) em "Despesas administrativas".

Em 31 de dezembro de 2018 os empréstimos bancários estão garantidos por terrenos, edificações e máquinas no valor de R\$ 118.795 e em 31 de dezembro 2017 no valor de R\$ 126.052.

Consolidado

O montante de R\$ 19.598 em 31 de dezembro de 2018, (R\$ 20.096 em 2017) referente à despesa de depreciação foi reconhecido no resultado em "Custo das vendas", R\$ 410 (R\$ 127 em 2017) em "Despesas com vendas" e R\$ 869 (R\$ 1.495 em 2017) em "Despesas administrativas".

Em 31 de dezembro de 2018 os empréstimos bancários estão garantidos por terrenos, edificações e máquinas no valor de R\$ 119.893 e em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$ 127.150.

Em 14 de maio de 2015 a Companhia adquiriu através do contrato de arrendamento mercantil Safra Leasing S/A Arrendamento Mercantil, no valor de R\$ 3.554, um helicóptero Robinson R66, reconhecido na rubrica "Veículos" cujo valor residual em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 2.279.

A Companhia possui itens registrados no ativo imobilizado totalmente depreciados que continuam em operação. A composição destes itens está apresentada a seguir:

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Imobilizado--Continuação

Consolidado--Continuação

<u>Custo</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Máquinas e equipamentos	40.888	42.286	44.430	43.981
Equipamentos e processamento de dados	2.892	2.830	3.062	2.971
Instalações	-	1.130	-	1.130
Móveis e utensílios	1.620	1.645	1.671	1.657
Veículos	2.857	2.754	2.857	2.754
Outros	5.327	5.225	5.329	5.227
Total	53.584	55.870	57.349	57.720

17. Fornecedores e Fornecedores risco sacado

<u>Fornecedores</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Fornecedores nacionais	178.310	131.085	214.136	161.081
Fornecedores internacionais	26.675	28.717	28.214	30.803
Ajuste a valor presente	(11.175)	(8.110)	(16.290)	(12.313)
	193.810	151.692	226.060	179.571
Circulante	190.424	143.345	222.674	170.197
Não circulante	3.386	8.347	3.386	9.374

Os saldos de fornecedores são referentes a compras de insumos e maquinário utilizados na produção.

Fornecedores risco sacado

<u>Fornecedores</u>	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>31.12.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
Fornecedores risco sacado	14.694	-
Ajuste a valor presente risco sacado	(779)	-
	13.915	-

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Fornecedores e Fornecedores risco sacado--Continuação

Fornecedores risco sacado--Continuação

A Companhia contrata operações denominadas risco sacado junto a instituições financeiras e apresenta estas operações sobre a rubrica de fornecedores risco sacado. Esta operação visa alongar o prazo de pagamento aos fornecedores, sem no entanto, alterar os termos contratuais negociados com estes. O prazo médio de pagamento desses títulos é de 109 dias.

O saldo de fornecedores risco sacado, é reconhecido ao seu valor presente, sendo o juros reconhecidos como despesa financeira no resultado do exercício pelo regime de competência.

18. Empréstimos e financiamentos

Os termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Modalidade	Encargos anuais	Vencimento	Controladora	
			2018	2017
Em moeda nacional				
FINAME	6,54% Pré-fixada	2024	1.088	1.411
Capital de giro	6,8% + CDI	2022	137.012	79.995
	10% + SELIC	2023	29.863	26.304
	8% + IPCA	2023	9.018	-
	18,6% Pré-Fixada	2022	21.964	49.963
Debêntures	4,75% + CDI	2021	75.551	95.377
Leasing	4,63% +CDI	2021	1.528	2.344
Comissões e taxas financiamentos			(5.892)	(2.543)
			270.132	252.851
Em moeda estrangeira				
Capital de giro	8,73% + variação cambial	2018	-	7.018
			-	7.018
			270.132	259.869
Parcela do circulante			115.041	196.521
Parcela do não circulante			155.091	63.348

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Modalidade	Encargos anuais	Vencimento	Consolidado	
			2018	2017
Em moeda nacional				
FINAME	6,54% Pré-fixada	2024	1.792	2.252
Capital de giro	6,8% + CDI	2022	137.012	79.995
	10% + SELIC	2023	29.863	26.304
	8% + IPCA	2023	9.018	-
	18,6% Pré-Fixada	2022	21.964	49.963
Debêntures	4,75% + CDI	2021	75.551	95.377
Leasing	4,63% + SELIC	2021	1.528	2.344
Comissões e taxas financiamentos			(5.892)	(2.543)
			270.836	253.692
Em moeda estrangeira				
Capital de Giro	7,4% + variação cambial	2018	-	7.018
			-	7.018
			270.836	260.710
Parcela do circulante			115.180	196.660
Parcela do não circulante			155.656	64.050

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia mantém em garantia das operações de empréstimos e financiamentos aval de empresas controladas e/ou hipoteca ou alienação fiduciária de terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, penhor mercantil e cessão fiduciária de recebíveis com valor aproximado de R\$ 220.452 (em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$ 217.697). Outras operações mantêm garantias específicas conforme segue:

- (i) Em 31 de dezembro de 2018, para Capital de Giro BNDES AUTOMÁTICO – PROGEREN, a Companhia constituiu garantias reais no valor de R\$ 27.543 (em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$ 27.543).
- (ii) Em 31 de dezembro de 2018, as Debêntures emitidas em 19 de janeiro de 2018 contavam com garantias reais no valor de R\$ 81.800 (em 31 de dezembro de 2017 no valor de R\$ 56.200); conforme segue:
 - Alienação fiduciária de imóveis da Copobras S/A no valor de R\$ 63.050;
 - Cessão Fiduciária de direitos creditórios de titularidade da Copobras S/A no valor de 25% do saldo devedor das Debêntures.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Em 31 de dezembro de 2018 as parcelas do não circulante têm os seguintes vencimentos:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
2020	108.217	108.354
2021	37.467	37.604
2022 a 2024	9.407	9.698
	<u>155.091</u>	<u>155.656</u>

A movimentação dos saldos de empréstimos está apresentada abaixo:

	<u>Controladora</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo inicial	259.869	296.181
Adições	290.110	138.707
Juros incorridos	33.086	38.953
Juros pagos	(33.020)	(40.507)
Amortizações de principal	(279.913)	(173.465)
Saldo final	<u>270.132</u>	<u>259.869</u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Saldo inicial	260.710	297.160
Adições	290.110	138.707
Juros incorridos	33.125	38.998
Juros pagos	(33.059)	(40.553)
Amortizações	(280.050)	(173.602)
Saldo final	<u>270.836</u>	<u>260.710</u>

Os contratos de financiamentos mencionados anteriormente possuem cláusulas do tipo *debt covenants* que incluem a manutenção de índices mínimos de cobertura da dívida e coeficiente de endividamento, das quais destacamos:

- (a) Manutenção do índice obtido da divisão da dívida líquida consolidada, mais as dívidas com sócios, pelo EBITDA, calculado em linha com o contrato da dívida, inferior a 3,0.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia está em conformidade com a referida cláusula.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Debêntures

A Companhia efetuou quatro emissões de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia adicional real, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de colocação. Todas estas emissões ocorreram envolvendo o mesmo agente fiduciário Simplific Pavarini Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.

A primeira emissão de debêntures simples (CICE11), não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real, ocorreu em 16 de novembro de 2012, em série única de 5.500 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000. Esta foi liquidada integralmente em novembro de 2015, cumprindo rigorosamente o cronograma de liquidação.

A segunda emissão de debêntures simples (CICE12), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real ocorreu em 14 de fevereiro de 2014, em série única de 10.000 debêntures, com valor nominal unitário de R\$10.000, sob uma taxa de juros de 5,5% somado a CDI. Nas escrituras públicas de debêntures estão previstas certas condições restritivas, as quais requerem que a Companhia mantenha determinados índices financeiros que vêm sendo adequadamente atendidos. Esta foi parcialmente liquidada em 2015 e 2016, cumprindo rigorosamente o cronograma de liquidação e liquidada totalmente de forma antecipada em 19 de fevereiro de 2018, em conexão com a emissão da quarta emissão de debêntures (CICE14).

A terceira emissão de debêntures simples (CICE13), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública de esforços restritos de colocação ocorreu em 20 de agosto de 2015, em série única de 10.000 debêntures com valor nominal unitário de R\$10.000, a qual teve seu cronograma de liquidação alterado em 19 de fevereiro de 2018 conforme aprovação em assembleia geral de debenturistas. Esta foi liquidada totalmente de forma antecipada em 05 de dezembro de 2018.

A quarta emissão de debêntures simples (CICE14), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública de esforços restritos de colocação ocorreu em 19 de janeiro de 2018, em série única de 7.500 debêntures com valor nominal de R\$ 10.000. Em 31 de dezembro de 2018 esta debênture apresenta o saldo de R\$ 75.551, a taxa de juros negociada é de 4,75% acrescido de CDI e o vencimento da última parcela é em 05 de fevereiro de 2021.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Empréstimos e financiamentos--Continuação

Debêntures--Continuação

Os contratos de debêntures mencionados anteriormente possuem cláusulas do tipo *debt covenants* que incluem a manutenção de índices mínimos de cobertura da dívida e coeficiente de endividamento, das quais destacamos:

- (a) Manutenção do índice obtido da divisão da dívida líquida consolidada pelo EBITDA Ajustado, calculado em linha com o contrato da dívida, inferior a 2,5;
- (b) Índice de cobertura do serviço da dívida, calculado em conformidade ao descrito no contrato da dívida maior ou igual a 2,0 vezes.

Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia está em conformidade com as referidas cláusulas.

19. Salários encargos e contribuições sociais

Os saldos estão assim compostos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Salários e ordenados	15.643	14.539	17.837	16.557
INSS	2.279	2.288	2.806	2.731
FGTS	716	666	874	772
	<u>18.638</u>	<u>17.493</u>	<u>21.517</u>	<u>20.060</u>

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Parcelamento Lei 12.996/2014	10.230	10.819	10.230	10.819
ICMS	4.594	4.591	4.919	5.081
IPI	4.534	4.558	4.534	5.012
IPI/PIS/COFINS parcelados	39.856	46.988	42.718	49.474
COFINS/PIS	1.368	1.854	1.731	2.055
IRPJ/CSL	222	3.507	837	3.507
Parcelamento especial – PERT – MP 783/2017	53.929	49.532	57.899	53.508
Parcelamento ordinário INSS	1.261	1.512	1.448	1.736
Parcelamento ICMS PERC PE	1.274	1.741	1.274	1.741
Outros	1.039	943	2.264	1.100
	118.307	126.045	127.854	134.033
Circulante	27.122	28.897	30.701	30.994
Não circulante	91.185	97.148	97.153	103.039

No ano de 2017 a Companhia aderiu ao do Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), no qual foram incluídos os tributos vencidos no período de novembro de 2016 a março de 2017. A Companhia informa que vem cumprindo rigorosamente os requisitos do programa, bem como efetuando regularmente o pagamento das parcelas, informa ainda que a consolidação ocorreu em 14 de dezembro de 2018.

21. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são envolvidas em processos judiciais e administrativos oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, tributários e trabalhistas.

A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como “prováveis”, “possíveis” ou “remotas”. Provisões são reconhecidas para todos os processos judiciais que representam perdas prováveis (obrigação presente como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança). Conforme opinião dos consultores internos e externos da Companhia, a probabilidade de perda é avaliada com base na evidência disponível. A Companhia acredita que estas contingências estão reconhecidas adequadamente nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme apresentado no quadro a seguir:

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas--Continuação

a) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas com perdas prováveis

	Controladora					
	Provisões		Depósitos judiciais		Líquido	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Tributários	6.366	6.364	35.481	32.280	(29.115)	(25.916)
Trabalhistas	7.530	5.818	1.564	1.136	5.966	4.682
Cíveis	3.382	3.043	-	-	3.382	3.043
Total	17.278	15.225	37.045	33.416	(19.767)	(18.191)

	Consolidado					
	Provisões		Depósitos judiciais		Líquido	
	2018	2017	2018	2017	2018	2017
Tributários	6.757	6.776	35.481	32.280	(28.724)	(25.504)
Trabalhistas	10.752	7.971	2.598	1.848	8.154	6.123
Cíveis	3.407	3.058	-	-	3.407	3.058
Total	20.916	17.805	38.079	34.128	(17.163)	(16.323)

A movimentação da provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas está apresentada no quadro abaixo:

	Controladora						
	Provisões			Depósitos judiciais			Líquido
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	6.364	5.818	3.043	32.280	1.136	-	(18.191)
Adições	2	2.724	613	3.208	806	36	(711)
Baixas	-	(1.012)	(274)	(7)	(378)	(36)	(865)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.366	7.530	3.382	35.481	1.564	-	(19.767)

	Consolidado						
	Provisões			Depósitos judiciais			Líquido
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	6.776	7.971	3.058	32.280	1.848	-	(16.323)
Adições	(19)	4.521	623	3.208	1.538	36	343
Baixas	-	(1.740)	(274)	(7)	(788)	(36)	(1.183)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	6.757	10.752	3.407	35.481	2.598	-	(17.163)

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas--Continuação

- a) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas com perdas prováveis—
Continuação

Tributárias

Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia efetuou a reversão de provisão para riscos tributários no montante de R\$ 22.707 relacionado ao processo judicial para exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS. O processo encontra-se sobrestado no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, no qual aguarda resolução definitiva da matéria pelo Supremo Tribunal Federal em processo representativo da matéria. O referido Processo é o de nº RE 240.785/MG que já fora julgado, cujo acórdão restou favorável a Companhia. Mesmo não tendo transitado em julgado, a resolução do mérito proferida no acórdão pelo Supremo Tribunal Federal não comporta mais discussão via recurso. Diante disso a Companhia entende que a probabilidade de sucesso na ação é possível não havendo mais necessidade de manter a referida provisão relacionada a este tema em específico.

O montante de R\$ 6.776 (Consolidado) refere-se a valores provisionados para cobertura de processos administrativos e judiciais da Companhia.

A Companhia informa que obteve êxito em trânsito em julgado em uma ação referente a exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS de sua controlada Incoplast Embalagens do Nordeste Ltda.

Trabalhistas

Provisão para riscos trabalhistas referem-se a valores provisionados para atender prováveis perdas de processos contra os quais foram interpostos recursos principalmente relacionados a pedido de verbas trabalhistas habituais, em especial: insalubridade pelo calor, horas “it inere”, horas extras e equiparação salarial.

Cíveis

Contingências cíveis referem-se principalmente a valores provisionados para atender prováveis perdas de processos contra os quais foram interpostos recursos principlamente relacionados a danos morais e materiais.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas--Continuação

b) Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas com perdas possíveis

A Companhia possui processos de natureza tributária e cível cuja expectativa de perda avaliada pelos assessores jurídicos está classificada como possível e, portanto nenhuma provisão foi constituída. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possuía o montante de R\$ 18.180 referentes a processos judiciais com risco de perda classificada pelos assessores jurídicos como possível, sendo R\$ 15.979 de natureza tributária, R\$ 2.169 de natureza cível e R\$ 32 de natureza trabalhista. Em 31 de dezembro de 2017 estes montantes eram R\$ 11.998 de natureza tributária, R\$ 2.280 de natureza cível e R\$ 3 de natureza trabalhista.

22. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o capital social é de R\$ 40.000 totalmente subscrito e integralizado, representado por 15.502.372 ações, e sua composição é como segue:

<u>Acionistas</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>% Capital</u>
Mário Schlickmann	5.076.050	32,7437
Milton Schlickmann	5.076.050	32,7437
Marcelo Schlickmann	4.428.324	28,5655
Jânio Dinarte Koch	921.948	5,9471
	15.502.372	100,0000

Conforme o Estatuto Social, a Companhia não possuía capital social autorizado.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Refere-se a adoção em 1 de janeiro de 2009 do CPC 27 – Ativo Imobilizado. A Companhia optou por adotar o custo atribuído, assumindo ainda a vida útil reavaliada para os ativos imobilizados que tiveram seu custo alterado por esta adoção.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio Líquido--Continuação

c) Incentivos fiscais

A Companhia é detentora de regime especial para recolhimento de ICMS celebrado com a Secretaria de Estado da Receita do estado da Paraíba, nos termos do Decreto nº 23.211 de 29.07.2002, vigente até 31 de dezembro de 2025, e do regime especial para recolhimento de ICMS – PRODEPE, celebrado com o Estado de Pernambuco, nos termos do Decreto nº 37.674 de 23 dezembro de 2011, vigente até 31/12/2022.

d) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

e) Reserva de lucros a disposição da assembleia

Formada pelo saldo remanescente das movimentações patrimoniais, será deliberada em assembleia geral ordinária as suas futuras destinações. De acordo com o artigo 199 da Lei 6.404/76 (alterada pela Lei 11.638, de 28 de dezembro de 2007), o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização do capital social ou na distribuição de dividendos.

f) Distribuição de lucros

Em 2018 a Companhia destinou dividendos aos acionistas no montante de R\$ 44.194 e em 2017 destinou dividendos aos acionistas no montante de R\$ 30.828 conforme demonstrado no quadro abaixo:

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Patrimônio líquido--Continuação

f) Distribuição de lucros--Continuação

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro líquido do exercício	38.323	31.064
Realização de reservas (custo atribuído)	7.954	1.770
Constituição de reserva de incentivos fiscais	(167)	(453)
Constituição da reserva legal (5%)	(1.916)	(1.553)
Base de cálculo dos dividendos	44.194	30.828
Dividendo pagos	44.194	30.828
Total de dividendos	44.194	30.828
Porcentagem sobre o lucro líquido do exercício	115%	99%

O saldo de dividendos no montante de R\$ 44.194 em 2018 (R\$ 30.828 em 31 de dezembro de 2017), foi integralmente pago aos acionistas dentro do exercício e utilizado para amortizar os mútuos com os mesmos, conforme aprovação antecipada deliberada em AGO realizada no dia 28 de abril de 2017.

23. Receita operacional líquida

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração de resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Receita bruta	991.843	912.795	1.155.104	1.081.054
Ajuste a valor presente	(24.445)	(13.200)	(32.671)	(16.406)
Impostos sobre vendas	(256.521)	(243.717)	(303.050)	(291.668)
Devoluções	(9.604)	(9.361)	(12.130)	(13.263)
Provisão devedores duvidosos	(992)	-	(1.155)	-
Receita líquida	700.281	646.517	806.098	759.717

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Custos e despesas por natureza e função

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis, apresenta a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas com pessoal	(128.473)	(127.020)	(153.710)	(150.633)
Depreciação e amortização	(17.261)	(17.962)	(21.317)	(22.280)
Energia elétrica	(23.473)	(21.684)	(29.679)	(25.884)
Materiais consumidos	(361.710)	(320.531)	(404.335)	(372.132)
Fretes	(25.280)	(21.438)	(30.695)	(28.178)
Comissões	(22.341)	(19.740)	(25.972)	(22.789)
Gastos com manutenção	(14.930)	(11.867)	(18.288)	(15.641)
Gastos com viagens	(2.166)	(1.876)	(2.418)	(2.222)
Serviços de terceiros	(8.818)	(7.406)	(10.452)	(7.912)
Provisão para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(3.335)	(3.937)	(4.255)	(5.067)
Aluguéis	(3.625)	(2.453)	(7.658)	(2.701)
Ganho por compra vantajosa	-	-	21.112	-
Despesas não recorrentes (autos de infração)	(4.041)	(14.979)	(5.511)	(16.174)
Ganho (perda) de capital	8.215	(383)	8.011	(935)
Provisão para realização de estoques	(45)	(231)	103	(516)
Outros	(14.770)	(641)	(13.571)	(11.809)
Total dos custos e despesas	<u>(622.053)</u>	<u>(572.148)</u>	<u>(698.635)</u>	<u>(684.873)</u>
Demonstração resultado				
Custos dos produtos vendidos	(523.342)	(456.047)	(598.933)	(543.676)
Despesas de vendas	(79.354)	(69.214)	(92.405)	(83.694)
Despesas administrativas	(30.637)	(29.552)	(42.322)	(36.741)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	11.280	(17.335)	35.025	(20.762)
Total	<u>(622.053)</u>	<u>(572.148)</u>	<u>(698.635)</u>	<u>(684.873)</u>

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

25. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2018	2017	2018	2017
Despesas financeiras				
Juros sobre financiamentos	(33.086)	(38.953)	(33.125)	(38.998)
Juros apropriados partes relacionadas	(3.786)	(4.529)	-	-
Ajuste a valor presente	(33.300)	(24.683)	(43.506)	(36.057)
Juros apropriados e juros pagos outros	(17.741)	(22.212)	(24.701)	(26.149)
Despesas bancárias	(7.622)	(3.460)	(7.783)	(3.647)
Outros	(4.354)	(5.141)	(4.663)	(6.615)
	(99.889)	(98.978)	(113.778)	(111.466)
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	2.734	1.458	3.014	2.085
Juros recebidos	325	1.083	1.125	2.038
Juros apropriados partes relacionadas	31	-	-	-
Ajuste a valor presente	24.061	13.010	31.852	16.299
Outras	5.621	5.253	8.000	8.524
	32.772	20.804	43.991	28.946
Variações monetárias e cambiais líquidas				
Operações de swap	370	(7.207)	370	(7.207)
Variações cambiais	(3.470)	1.934	(3.960)	1.741
Variações monetárias	2.371	13.529	6.102	13.725
Variações monetárias – contratos mútuo	28.334	47.045	28.334	47.045
	27.605	55.301	30.846	55.304
Resultado financeiro líquido	(39.512)	(22.873)	(38.941)	(27.216)

26. Compromissos com arrendamento mercantil operacional

Os contratos com arrendamento mercantil operacional reconhecidos como despesa na demonstração do resultado em 2018 são referentes aos imóveis abaixo discriminados.

Um imóvel (galpão) situado no Km 12 da Rodovia PE-60 medindo 4.800m² de área construída componente do parque industrial edificado em parte da área do terreno encravado no Engenho Alagoas, no município de Ipojuca – PE. As despesas debitadas na demonstração de resultado resultaram no montante de R\$ 748 em 2018 (R\$ 1.213 em 2017).

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Compromissos com arrendamento mercantil operacional--Continuação

A Companhia efetivou no primeiro semestre de 2018, transação de sales leaseback na modalidade de arrendamento mercantil operacional de sua planta situada no município de João Pessoa – PB, sobre a qual foi elaborado contrato de arrendamento de 15 anos, que resultaram em despesas debitadas na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 2.560.

A Companhia efetivou no primeiro semestre de 2018, transação de sales leaseback na modalidade de arrendamento mercantil operacional da planta da Copobras Industrial de Embalagens Ltda., adquirida por sua controlada, Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda., localizada no município de Guarulhos – SP, sobre a qual foi realizado contrato de arrendamento de 10 anos, que resultaram em despesas debitadas na demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 2.340.

A norma IFRS 16/ CPC 06 (R2) é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2019, e tem como objetivo unificar o modelo de contabilização do arrendamento, exigindo dos arrendatários reconhecer os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento, a menos que apresente as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma:

- (i) Contrato com um prazo inferior ou igual a doze meses; e
- (ii) Possua um valor imaterial ou tenha como base valores variáveis.

Durante o exercício de 2018, a Companhia avaliou os potenciais impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes da adoção inicial da norma CPC 06 (R2)/IFRS 16. Essa avaliação foi segregada em etapas, tais como:

- a) Levantamento dos contratos;
- b) Abordagem de transição;
- c) Mensuração do passivo inicial e ativo inicial; e
- d) Impactos na adoção inicial.

Abaixo descrevemos a avaliação de cada etapa da adoção inicial da norma:

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Compromissos com arrendamento mercantil operacional--Continuação

Levantamento dos contratos

A Administração realizou um inventário dos contratos e fez uma análise dos tipos de contratos que se enquadrariam no escopo do arrendamento e identificou as seguintes classificações de contrato:

- a) Aluguel mínimo fixo: contratos de aluguéis que possuem um valor de aluguel mínimo fixo.
- b) Isenções: prazo de vigência menor do que um ano; contratos de baixo valor; contratos em que o valor do aluguel tenha como base valores variáveis; contratos de aluguéis em que a Companhia não possui o controle do ativo; e não possuem um prazo determinado.

Abordagem de transição

A Administração da Companhia optou pela abordagem de transição retrospectiva modificada, em função dos seguintes fatores:

- a) Não exige a reapresentação de valores;
- b) Não impacta patrimônio líquido e o cálculo de distribuição dos juros sobre o capital próprio; e
- c) Possibilita a utilização de expedientes práticos.

Mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso

Dos contratos que foram escopo da norma, a Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor do aluguel mínimo fixo para fins de avaliação do passivo. Em 1º de janeiro de 2019, a mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total dos pagamentos futuros de aluguéis fixos, nos quais consideramos as renovatórias de acordo com a política interna da Companhia, cujo prazo ocorre normalmente um ano antes do vencimento do contrato quando identificamos a “razoável certeza” da renovação. Esses fluxos de pagamentos são ajustados a valor presente, considerando a taxa real de desconto. A taxa real de desconto corresponde às cotações de mercado (referência em % CDI acumulado em 1º de janeiro de 2019, líquido da inflação de 2018) para captações com montantes que representam a taxa média de endividamento da Companhia. A Companhia optou pela utilização do expediente prático de utilizar uma taxa de desconto real única de acordo com os respectivos prazos para os contratos que apresentam características semelhantes.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Compromissos com arrendamento mercantil operacional--Continuação

Mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso--Continuação

A mensuração do ativo de direito de uso corresponde ao valor inicial do passivo de arrendamento mais os custos diretos iniciais incorridos. A Administração da Companhia optou por utilizar o expediente prático para transição e não considerar os custos iniciais na mensuração inicial do ativo de direito de uso, com isso mantendo o mesmo valor do passivo inicial de arrendamento.

Impactos na adoção inicial

Na avaliação realizada pela Administração da Companhia, concluiu-se que as contraprestações de arrendamento que atualmente são registradas como despesas com ocupação passarão a ser reconhecidas nas linhas de depreciação e despesas financeiras. Muito embora o novo pronunciamento não traga nenhuma alteração no montante total que deverá ser levado ao resultado ao longo da vida útil do contrato, é correto afirmar que haverá um efeito temporal no lucro líquido em função principalmente do método de reconhecimento dos juros e atualização monetária associados aos arrendamentos, ainda que, sem impacto relevante, conforme análises realizadas. A Companhia espera com a adoção da norma CPC 06 (R2)/IFRS16 os seguintes impactos:

	Lucros/perdas	Balço	Indicadores
	EBITIDA	Total ativos	Alavancagem financeira
	Lucro líquido (efeito temporal)	Ativos líquidos	Cobertura de juros Rotação do ativo

Em 1º de janeiro de 2019, a Administração da Companhia reconhecerá um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento ao valor presente de aproximadamente R\$ 50.000 consolidado. Deste impacto na adoção inicial.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía 3 contratos de locação firmados com e terceiros, os quais a Administração analisou e concluiu que se enquadram na classificação de arrendamento mercantil. Os valores mínimos dos contratos são reajustados anualmente, de acordo com a variação dos principais índices de inflação e percentual do faturamento.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Compromissos com arrendamento mercantil operacional--Continuação

Impactos na adoção inicial--Continuação

A despesa média mensal de aluguéis pagos para terceiros é de R\$ 599 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Os referidos contratos de locação possuem prazos de validade de 1 a 15 anos, sujeitos à renovação. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, as despesas consolidadas de aluguéis totalizaram R\$ 7.658 (R\$ 2.701 em 31 de dezembro de 2017).

27. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela sociedade e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a Companhia não tinha dívida conversível e opções de compra de ações. Portanto, o lucro diluído por ação de operações continuadas é o mesmo que o lucro básico por ação.

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia	38.323	31.064
Lucro atribuível a não controladores da Companhia	8.931	77
Lucro total	<u>47.254</u>	<u>31.141</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas	15.502	15.502
Lucro básico e diluído por ação - R\$	3,05	2,01

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

28. Coberturas de seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2018, a cobertura de seguros era composta por R\$ 359.857 para danos materiais e R\$ 235.256 para lucros cessantes.

29. Outras despesas operacionais líquidas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2018</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2017</u>
Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas	(3.381)	(4.168)	(4.153)	(5.583)
Multas e moras fiscais	(3.367)	(14.276)	(4.685)	(15.427)
Ganhos (perdas) de capital	8.215	(385)	8.011	(935)
Gastos gerais	(412)	67	(1.929)	32
Aluguéis	1.420	44	2	44
Ganhos na exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS	4.166	-	11.785	-
Venda de aparas	2.043	1.581	2.119	1.318
Recuperação de perdas com incobráveis	3.565	-	3.745	-
Ganhos por compra vantajosa	-	-	21.112	-
Outras rendas/despesas	(969)	(198)	(982)	(211)
	<u>11.280</u>	<u>(17.335)</u>	<u>35.025</u>	<u>(20.762)</u>

A Companhia reconheceu na rubrica Ganhos (perdas) de capital o resultado positivo na venda das edificações de sua planta no município de João Pessoa conforme mencionado na Nota 26.

A Companhia reconheceu na rubrica Ganhos com a exclusão do ICMS na base do PIS e da COFINS os valores de ICMS relativos aos períodos anteriores a 2018, conforme nota explicativa 9.

A Companhia reconheceu na rubrica Ganhos por compra vantajosa, o resultado positivo que obteve na aquisição por sua controlada Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda, a Copobras Indústria e Comércio de Embalagens Ltda situada na cidade de Guarulhos estado de São Paulo, tendo seu saldo Consolidado composto por:

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Outras despesas operacionais líquidas--Continuação

	<u>2018</u>
Ágio apurado na aquisição	(5.520)
Mais valia das edificações	13.327
Mais valia de máquinas e equipamentos	5.962
Carteira de clientes	7.343
Ganhos por compra vantajosa	<u>21.112</u>

30. Subvenções governamentais

A Companhia possui subvenções governamentais que visam compensar despesas incorridas e são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática nos mesmos períodos nos quais as despesas foram reconhecidas.

30.1. Subvenções governamentais de custeio

Subvenção para Custeio ou Operacional é a transferência de recursos para uma pessoa jurídica com finalidade de auxiliá-la a fazer face ao seu conjunto de despesas e a realizar suas operações, ou seja, na consecução de seus objetivos sociais.

A Companhia possui subvenções de custeio sobre circulação de mercadorias e serviços concedidos pelos governos estaduais, principalmente dos estados do Amazonas, Paraíba e Pernambuco.

Para usufruir da subvenção com o estado do Amazonas a Companhia possui o benefício fiscal de redução de 55% do saldo devedor de ICMS apurado mensalmente com validade até 30 de dezembro de 2019. Este benefício está diretamente ligado ao cumprimento de exigências relacionadas ao processo produtivo, benefícios sociais a empregados, desenvolvimento tecnológico, gestão de qualidade, meio ambiente e de segurança e saúde ocupacional, cumprimento das obrigações tributárias, e recolhimento de contribuição financeira durante o período de fruição dos incentivos, os quais a Companhia vem atendendo regularmente.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Subvenções governamentais--Continuação

30.1. Subvenções governamentais de custeio--Continuação

Para usufruir da subvenção com o estado da Paraíba, o recolhimento mensal a título de ICMS não poderá ser inferior a 1% do faturamento. O termo de validade tem vigência até 31 de dezembro de 2025.

30.2. Subvenções governamentais para investimento

Para usufruir da subvenção com o Estado de Pernambuco do regime especial para recolhimento de ICMS – PRODEPE nos termos do Decreto nº 37.674 de 23 de dezembro de 2011, vigente até 31 de dezembro de 2022, com exigência de aumento mínimo prévio à fruição e 40% da capacidade instalada, a qual foi totalmente atendida.

O montante do benefício reconhecido no período findo em 31 de dezembro de 2018 foi de R\$ 3.439 (no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 4.690) referente a incentivo estadual de custeio e está reconhecido no resultado como deduções das receitas operacionais, para o qual foi oferecido a tributação.

Subvenção para investimento é a transferência de recursos para uma pessoa jurídica com a finalidade de auxiliá-la, não nas suas despesas, mas sim na aplicação específica em bens ou direitos para implantar ou expandir empreendimentos econômicos. A Companhia possui subvenções de imposto de renda referente ao lucro da exploração com redução de 75%, do imposto a pagar. Este imposto está diretamente ligado a condição de estar localizado nas regiões da Sudam ou Sudene. Para a controlada Copobras da Amazônia Industrial de Embalagens Ltda, o período de vigência é de 01/01/2015 a 31/12/2023 de acordo com o processo 18365.722390/2014-11 do Ministério da Fazenda. Para a controladora o período de vigência é de 01/01/2014 a 31/12/2019 com base no ato declaratório executivo DRF/FNS nº 139 de 16 e maio de 2014.

No período findo em 31 de dezembro de 2018 o montante reconhecido no resultado foi de R\$ 167 (no exercício em 31 e dezembro de 2017 R\$ 453), destinado para conta de reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

Copobras S.A. Indústria e Comércio de Embalagens

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2018 e 2017
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Transações que não afetaram caixa

Os saldos que não impactaram caixa no período findo em 31 de dezembro de 2018 estão abaixo apresentados e são oriundos da aquisição de controlada realizada no primeiro semestre, conforme nota explicativa 14:

	<u>19.03.2018</u>
Caixa adquirido de controlada	5.533
Contas a receber de clientes	5.074
Estoques	2.944
Outras contas a receber	763
Partes relacionadas	52
Depósitos judiciais	380
Impostos e contribuições a recuperar	150
Imposto de renda e contribuição social diferidos	969
Imobilizado	14.599
Fornecedores	(5.112)
Salários e encargos	(308)
Obrigações fiscais e trabalhistas	(930)
Outras contas a pagar	(224)
Provisões para contingências	(866)
Acervo líquido adquirido	<u><u>23.024</u></u>

A Companhia informa ainda que em 31 de dezembro de 2018 efetivou a compensação de dividendos distribuídos aos acionistas com o saldo devedor de mútuos no valor de R\$ 44.194 sendo esta também uma transação que não teve efeito em caixa.

32. Eventos subsequentes

A Companhia informa que na data de 06 de janeiro de 2019, um incêndio ocorreu em uma de suas plantas situada na cidade de Carmópolis de Minas no estado de Minas Gerais. O incêndio atingiu parte da área de produção de Bandejas de EPS expandido, prejudicando com isto o funcionamento daquela planta. A Companhia informa também que havia seguro contratado para danos estruturais e lucros cessantes que serão suficientes para cobrir os prejuízos causados pelo sinistro. A Companhia aproveita para informar também que para não prejudicar o atendimento aos clientes da planta afetada, transferiu parte das produções para suas demais plantas de Bandejas de EPS expandido.

* * *